



exploração e tráfico de mulheres

**Uma crítica sobre as
narrativas durante os Jogos
Olímpicos de Londres 2012**

Kate Cooper e Sue Branford

Publicado pela Central America Women's Network

CAWN



A CAWN acredita que o problema do tráfico e da exploração das mulheres migrantes é um problema globalizado que exige uma resposta globalizada. As políticas e ações para resolver este problema devem ser guiadas por resultados de pesquisas empíricas sobre a exploração do impacto de acordos de comércio mundiais, medidas de austeridade e ajustes estruturais, bem como práticas trabalhistas de corporações transnacionais nos direitos econômicos das mulheres, nos padrões migratórios e no tráfico de mulheres.

A CAWN solicita que haja uma abordagem sólida que reconheça a natureza complexa e multifacetada dos problemas associados ao tráfico e à migração, sendo que a análise deve levar em consideração todos os problemas interconectados que afetam a segurança, a migração, a prostituição e o trabalho sexual, além das questões ligadas ao crime organizado. Inclui as questões trabalhistas (trabalho decente e oportunidades de emprego), questões ligadas à justiça econômica global (desigualdade de riqueza internacional, comércio global e fluxos de dívida), bem como as questões ligadas ao gênero sexual (violência contra a mulher e discriminação).

A CAWN também pede que os governos atuem em relação ao problema dos direitos dos trabalhadores migrantes por meio da promulgação de leis e regulamentos que respeitem os acordos internacionais sobre os direitos das mulheres, o direito ao trabalho decente e que promova uma distribuição justa de riqueza e ativos entre os países do Hemisfério Norte e do Hemisfério Sul.

Setembro 2013

Autoras

Sue Branford é jornalista e escritora, no momento, atua como editora-chefe do Latin America Bureau e como professora universitária de jornalismo sobre desenvolvimento na City University, em Londres.

Kate Cooper está se inscrevendo para fazer doutoramento na Goldsmiths University, no Departamento de Antropologia, e também atua como editora do Latin America Bureau.

Equipe editorial

Virginia López Calvo, Marilyn Thomson, Angela Hadjipateras e Catherine Poyner

Pesquisa de monitoria de mídia

Katie Gunn

Projeto gráfico

Margarita Mompeán López

Agradecimentos

A CAWN gostaria de agradecer a estas organizações pelo gentil apoio durante a produção deste relatório, enviando relatórios de avaliação sobre o próprio trabalho de representação das organizações, mediante nossa solicitação:

- Latin American Women's Rights Service (Serviço de Defesa dos Direitos das Mulheres da América Latina, em tradução livre, LAWRS, na sigla em inglês)
- Anti-Slavery
- Projeto x:talk
- War on Want
- Stop the Traffik

Esta publicação foi financiada pela Comissão Europeia (CE). As opiniões expressadas neste documento não necessariamente refletem as opiniões da CE.



ÍNDICE

Siglas	6
Resumo executivo	7
Introdução	11
Seção Um	
Migração e tráfico para o Reino Unido e a desvinculação com os Jogos Olímpicos de Londres 2012	14
Fusões, exageros e interpretações errôneas	14
A ausência da problemática do tráfico durante os Jogos Olímpicos de Londres 2012	19
O racismo implícito	22
Mensagens da sociedade civil	24
Latin American Women's Rights Service (LAWRS)	25
Stop the Traffik	27
O papel das políticas do Reino Unido	29
Seção Dois	
Posturas morais e legislação sobre trabalho sexual e tráfico	32
Seção Três	
Não é apenas o trabalho sexual, porém outras formas de tráfico e exploração do trabalho	37
A campanha da organização War on Want	39
Seção Quatro	
Conclusões e recomendações	44
A necessidade de uma abordagem que promova a justiça global e os direitos humanos	44
O papel de uma imprensa responsável	46
Recomendações para futuros eventos esportivos	47
Anexo: O uso de análise interseccional para lidar com o tráfico e a exploração de mulheres	48

SIGLAS

ACPO	Association of Chief Police Officers (Associação de Chefes de Polícia, em tradução livre)
AGRA	Alliance for a Green Revolution in Africa (Aliança para a Revolução Verde na África, em tradução livre)
CEO	Chief Executive Officer
CAWN	Central America Women's Network (Rede de Mulheres da América Latina, em tradução livre)
CSO	Organização da sociedade civil
DfID	Department for International Development (Ministério de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, em tradução livre)
ETI	Ethical Trading Initiative (Iniciativa Comercial Ética, em tradução livre)
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
GAATW	Global Alliance Against Traffic in Women (Aliança Global Contra o Tráfico de Mulheres, em tradução livre)
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OIM	Organização Internacional para a Migração
IPPR	Institute for Public Policy Research (Instituto de Pesquisa de Políticas Públicas, em tradução livre)
LOCOG	Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Londres 2012
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
ONG	Organização não-governamental
NRM	Mecanismo de recomendação nacional
UN.GIFT	Iniciativa Global da ONU contra o Tráfico de Pessoas
VoT	Vítima de tráfico

RESUMO EXECUTIVO

Este relatório foi produzido pela Central American Women's Network (Rede de Mulheres da América Central, CAWN, na sigla em inglês) para informar sobre o trabalho realizado em relação ao papel desempenhado pela sociedade civil e pela mídia na formação do entendimento público sobre as formas diferentes de exploração vividas por mulheres, principalmente mulheres migrantes, no contexto de grandes eventos esportivos. Baseia-se em estudos abrangentes sobre a cobertura da imprensa sobre os problemas relacionados ao tráfico e a exploração de mulheres, durante os Jogos Olímpicos de Londres 2012, além de examinar de forma crítica a variação das narrativas que fundamentam a abordagem deste problemas na mídia impressa. Além disso, o relatório inclui uma análise detalhada das campanhas criadas por cinco organizações da sociedade civil (CSOs, na sigla em inglês) e compara as diferentes abordagens e estratégias aplicadas em cada caso, avaliando os motivos que explicam os diferentes graus de sucesso de cada campanha. Um objetivo importante do estudo é identificar as lições aprendidas e fazer recomendações baseadas na experiência dos Jogos Olímpicos de Londres 2012, que podem ser aplicadas a futuros eventos esportivos de larga escala.

O relatório ressalta que as narrativas dominantes sobre tráfico confundem os problemas do tráfico com os problemas da imigração e da exploração, bem como não empregam o rigor analítico necessário. Antes dos Jogos Olímpicos, narrativas circularam na mídia e no governo britânico, fazendo uma previsão de que haveria um aumento no número de mulheres que seriam traficadas para Londres para os Jogos Olímpicos de Londres 2012. As previsões envolviam um número muito grande de mulheres e se concentravam no esperado aumento do número de mulheres que seriam traficadas para exploração sexual. Durante este período, muitas mulheres migrantes "vistas" em Londres, principalmente as caracterizadas como "exóticas", eram vistas como traficadas para a capital para os Jogos Olímpicos e controladas por criminosos. As notícias em circulação naquela época (e em geral) ilustravam os estereótipos e os aspectos negativos associados às mulheres migrantes, principalmente nos tabloides.

Entretanto, o esperado "pânico moral" sobre o tráfico e a exploração sexual de mulheres não foi confirmado com fatos verídicos. De fato, as provas empíricas que já existiam antes dos Jogos Olímpicos mostraram que os grandes eventos esportivos não contribuem com o aumento na incidência do tráfico para exploração sexual. Não se sabe porque nenhum governo se interessou nestas pesquisas. A expectativa de que Londres seria "invadida" por "escravas sexuais" provou ser um mito. De fato, o número de vítimas do tráfico, segundo a definição do Protocolo de Palermo, foi baixo durante os Jogos Olímpicos, assim como já era baixo antes do evento.

Posteriormente, vários atores envolvidos atraíram atenção para esta discrepância: organizações da sociedade civil, ativistas dos direitos dos profissionais do sexo, acadêmicos e alguns jornalistas. Ainda assim, apesar da existência desta contra-narrativa, fundamentada em provas empíricas, que questiona e contradiz as suposições prevalentes, o discurso dominante que continua construindo a imagem do tráfico é o da exploração sexual.

Em paralelo, prestou-se pouca atenção no discurso do governo e da mídia sobre a desigualdade global, que motiva as mulheres a buscarem uma vida melhor em países estrangeiros, ou nos benefícios econômicos dos países ricos promovidos pelo papel desempenhado pelos migrantes que oferecem mão de obra barata. Principalmente, o papel do comércio e das políticas de desenvolvimento do Reino Unido que perpetuam e aprofundam estas desigualdades não foi examinado por nenhuma das narrativas principais. Também não foi mencionado o fato de que as políticas de restrição à migração contribuem com as vulnerabilidades vividas pelas mulheres migrantes, abrindo caminho para que sejam exploradas. Por fim, não se levou em consideração o fato de que o percentual de mulheres migrantes no Reino Unido é só um pouco mais alto hoje em dia do que há algumas décadas.

Ainda que o número de vítimas do tráfico seja baixo, as mulheres migrantes do Reino Unido enfrentam muitos problemas. A organização londrina Latin American Women's Rights Service (Serviço de Defesa dos Direitos das Mulheres da América Latina, em tradução livre, LAWRS, na sigla em inglês) é uma organização da sociedade civil que atua com mulheres de países da América Latina que enfrentam vários tipos de exploração. Como a definição oficial de vítima do tráfico é muito restrita, o LAWRS atua com poucas mulheres que se beneficiam da legislação

do tráfico e acredita que a lei é muito restrita e deve ser substituída por uma abordagem mais ampla, na qual os direitos humanos de todas as mulheres migrantes sejam vigorados.

A organização Stop The Traffik, uma campanha intergovernamental financiada pelo governo, foi criada para responder ao aumento previsto no tráfico durante os Jogos Olímpicos. Embora a premissa seja falsa, a iniciativa é positiva por considerar outras formas de tráfico, além do tráfico para exploração sexual, por sua vez, quebrando as barreiras que se restringem ao foco na prostituição. Entretanto, embora a campanha em si tenha conseguido grande visibilidade, o número de denúncias de suspeitas de tráfico foi muito baixo, ou seja, um resultado que questiona a estratégia do governo em relação ao problema e, de fato, a utilidade da legislação do tráfico e o que ela significa na resolução do problema da exploração.

O projeto x:talk, a terceira organização da sociedade civil analisada neste relatório, preocupou-se com o fato do governo ter usado previsões muito exageradas sobre o aumento do número de mulheres traficadas para o Reino Unido para fins de exploração sexual para usar como desculpa para implantar uma política agressiva, batidas e fechamentos de bordéis. Estas práticas mostraram, de forma consistente, que as vidas das profissionais do sexo foram colocadas em perigo, em função da separação das colegas, dos clientes regulares e dos serviços de ajuda que as mantêm em contato com estes agentes.

A visão “abolicionista” sobre o trabalho sexual e as narrativas associadas a ele prevalecem no atual governo, assim como prevalecia nos governos anteriores, ocultando a realidade mais ampla de que o tráfico para fins de exploração sexual é somente um dentre vários tipos de exploração vividos pelas mulheres migrantes. Além disso, o foco na exploração sexual, em vez do trabalho sexual como profissão, resulta em uma intervenção menos significativa. As atuais narrativas sobre o problema geralmente são criadas com base na reprovação moral implícita, que não lida com os problemas de saúde e de segurança de todas as profissionais do sexo, sejam elas migrantes ou não. Sobretudo, parece que os oficiais do governo, do atual e dos anteriores, aderem a um tipo específico de ideologia feminista que não reconhece ou respeita o agenciamento de mulheres que optam por se tornarem profissionais do sexo. Portanto, apesar do sucesso da campanha de mídia, do ponto de vista da cobertura da imprensa, a campanha do x:talk não conseguiu atingir seu principal objetivo político, nomeadamente, uma moratória do policiamento de profissionais do sexo durante o período da análise e, de fato, o x:talk foi excluído dos debates sobre o tema.

A migração é uma estratégia de desenvolvimento usada por milhões de mulheres do mundo inteiro que buscam trabalho no setor de serviços e em outras esferas informais para sobreviver. As políticas restritivas de imigração e o foco no tráfico e na exploração sexual não aliviam a vulnerabilidade destas mulheres. É necessário empregar uma abordagem que atue e consiga legislar contra os vários tipos de exploração que ocorrem nos ambientes de trabalho no Reino Unido e nas cadeias de fornecimentos globais. Entretanto, há alguns exemplos de uma abordagem mais integrada, que se concentra na exploração mais ampla e nos direitos humanos das mulheres: a organização Human Trafficking and London 2012 Games Network (Rede de Tráfico e Londres 2012, em tradução livre), que envolve várias agências, juntamente com a campanha Play Fair, na qual a organização War on Want desempenha papel fundamental.

A campanha da War on Want contribuiu com o trabalho da rede e com o trabalho do projeto PlayFair, atraindo atenção para as horríveis condições de trabalho de muitos trabalhadores, na sua maioria mulheres, nas fábricas que produziram mercadorias para exportação para o Reino Unido durante os Jogos Olímpicos. Vários eventos garantiram que a campanha fosse figurada na mídia, ainda que fosse necessário aplicar inteligência e imaginação para atrair o interesse da imprensa. Essa visão contrastou com a cobertura dos tabloides sobre o tráfico sexual, no qual qualquer notícia servia de âncora para contar outra história sobre o problema. Para responder a estas dificuldades enfrentadas para atrair o interesse da imprensa, War on Want criou várias estratégias de mídia, envolvendo o uso inovador das redes sociais como meio de comunicação direta com os apoiadores da causa.

A quarta campanha analisada neste relatório foi criada e coordenada pela organização Anti-Slavery International, juntamente com o Institute for Human Rights and Business (Instituto para os Direitos Humanos e Negócios, em tradução livre). Nomeada “The Staff Wanted Initiative¹” (A Iniciativa Precisamos de Pessoal, em tradução livre), esta campanha se concentrou nos problemas das condições de trabalho de setores com baixa regulamentação como: construção, trabalho doméstico, limpeza, alimentação e hotéis durante os Jogos Olímpicos de Londres 2012. Esta iniciativa ajudou a identificar quem controla o subemprego, como ele acontece e qual era o nível de salário dos trabalhadores. O foco nos direitos dos trabalhadores, em vez do foco contra a imigração, no tráfico ou na abolição de um setor de trabalho específico, serviu como um bom exemplo de práticas positivas para os empregadores em outras áreas mal regulamentadas ou o trabalho informal.

Este relatório argumenta que o governo deveria se concentrar mais nos direitos humanos de todos os migrantes no Reino Unido, e não apenas nos que se enquadram na definição de “pessoas traficadas”, pois muitos sofrem exploração de formas diferentes. Para que isso aconteça, as organizações da sociedade civil precisam atuar juntas, de maneira efetiva, fazendo campanhas contra legislações específicas e exercendo pressão para lutar contra ideologias que impedem um debate racional e razoável. Esse é o caso específico do trabalho sexual, pois se ele fosse aceito como “trabalho”, levaria a soluções holísticas baseadas na justiça global e nos direitos humanos de todos os trabalhadores migrantes.

Durante os Jogos Olímpicos de Londres 2012, as campanhas analisadas neste relatório tiveram graus variados de sucesso. Os fatores associados ao sucesso foram: a visibilidade destas organizações da sociedade civil durante os Jogos Olímpicos, a capacidade de trabalhar junto com outras organizações e agências, o espírito da mensagem e a efetividade de transmitir a mensagem usando vários tipos de mídia. Em alguns casos, o uso das redes sociais possibilitou que elas se comunicassem diretamente com o público, reduzindo a importância da imprensa convencional. Entretanto, as campanhas de alto nível nas quais as organizações trabalharam juntas, de forma eficiente, e que conseguiram ganhar alta visibilidade da mídia, tiveram maior chance de promover uma mudança efetiva. Foi assim que, por exemplo, a PlayFair Campaign 2012 conseguiu insistir que as corporações declarassem a composição das cadeias de fornecimento. Mas a estratégia precisa avançar para promover uma mudança na ideologia e na legislação, sendo que o primeiro passo é que todas as organizações da sociedade civil encontrem uma narrativa comum e integrada, que se concentre na justiça global e nos direitos humanos de todas as mulheres, e use-a no direcionamento da campanha.

Com base nas análises mostradas acima, o relatório conclui fazendo recomendações direcionadas às organizações da sociedade civil e às corporações. Estas recomendações recomendam a proteção dos direitos humanos de todas as mulheres, a garantia da implementação de ações responsáveis e de cobertura de imprensa em futuros eventos esportivos no mundo inteiro.

1 Consulte: <http://www.staff-wanted.org/>

Recomendações para futuros eventos esportivos

Este relatório coloca a necessidade de empregar uma narrativa integrada que leva em consideração as desigualdades globais e as visões sobre o fenômeno do tráfico e da migração dentro deste contexto. Sendo assim, está claro que a legislação do tráfico mais prejudica, do que protege os direitos das pessoas exploradas, sendo que um foco mais amplo no trabalho forçado e nos direitos de todos os migrantes seria mais eficiente.

Com base em resultados de pesquisas e nas análises apresentadas neste relatório, as recomendações para os futuros agentes envolvidos em eventos esportivos futuros são as seguintes:

- As agências devem realizar suas próprias pesquisas. com base em princípios investigativos empíricos, em vez de deixar que a imprensa mal informada defina o discurso.
- Sempre que for possível, as agências devem trabalhar juntas para criar um objetivo comum, pois uma abordagem integrada é mais eficiente do que o trabalho isolado.²
- As organizações da sociedade civil devem organizar “coletivas de imprensa” para divulgar o trabalho para os grandes veículos de mídia.
- As organizações da sociedade civil devem usar as redes sociais para mobilizar os apoiadores, de forma independente da imprensa convencional.
- Os formuladores de política devem ser incentivados a proteger os direitos humanos de todas as mulheres, independente do trabalho que exercem e do status de migração, e essa proteção deve incluir as vozes das organizações que lutam pelo direito de profissionais do sexo.
- Os governos devem ser incentivados a respeitar a legislação internacional que protege os direitos dos migrantes, em geral e no mercado de trabalho.
- As corporações que se beneficiam dos eventos esportivos devem ser incentivadas a publicar detalhes sobre a cadeia de fornecimento e garantir os direitos dos trabalhadores, onde quer que estejam.

2 Consulte: <http://www.playfair2012.org.uk/what-we-want/from-london/>

INTRODUÇÃO

Este relatório aborda várias formas de exploração vividas pelas mulheres migrantes no mercado de trabalho e como a legislação criada para policiar a migração e impedir o tráfico, em geral, não protege estas mulheres vulneráveis. O relatório também discute o papel da mídia na objetivação das mulheres migrantes, geralmente retratando-as de forma negativa e estereotipada. Além disso, fornece uma visão geral de algumas narrativas da sociedade civil e discute os meios pelos quais as mensagens podem ser ampliadas e integradas para refletir uma abordagem de justiça global.

A migração é uma estratégia empregada por milhões de mulheres pobres, cujas famílias dependem do envio de dinheiro para sobrevivência no país de origem. Por causa da insegurança econômica global, milhares de homens e mulheres buscam uma vida melhor em um país estrangeiro. A migração é uma fonte vital de rendimento para as mulheres migrantes e suas famílias. De um lado, a chamada “feminização da migração” ajudou muitas mulheres a conseguirem mais autonomia, autoconfiança e status social.³ Por outro lado, as mulheres migrantes, geralmente as ilegais no país que as recebe, enfrentam estigma e discriminação em todos os estágios do ciclo de migração. As políticas restritivas de imigração forçam as mulheres “sem formação profissional” a usarem canais de migração mais arriscados, irregulares e exploradores, aceitando “empregos ruins com baixos salários” (a expressão no original em inglês, *low end labour market*, é o conceito equivalente):

Antes da partida, as mulheres podem enfrentar procedimentos discriminatórios e agentes corruptos. De fato, a discriminação de gênero sexual, a pobreza e a violência estimulam as mulheres a migrar ou a serem traficadas, como causas primárias. Durante o trânsito entre países e no destino final, as mulheres podem enfrentar abuso verbal, físico e sexual, más condições de moradia e acomodação, mercados de trabalho segregados por gênero, baixos salários, longas horas de trabalho, contrato de trabalho inseguros e baixa proteção legal. Ao retornarem ao país de origem, elas poderão encontrar famílias desintegradas, sofrer de doenças e enfrentar situação de pobreza.⁴

Apesar destas vulnerabilidades generalizadas e da “exploração” (independente da definição, o termo é contencioso), os debates públicos raramente levam em consideração o fato de que, no Reino Unido, assim como em outros países, grande parte da migração (e do tráfico) ocorre dentro de um contexto de desigualdade estrutural, criada e sustentada pela política de comércio e pelas políticas de desenvolvimento do Reino Unido, que acompanham a “informalização” do trabalho (ou seja, o trabalho sem contrato e que não oferece acesso aos direitos e às proteções trabalhistas). Em contrapartida à abordagem amplamente aceita, baseada nos direitos de migração, ampliada e analisada dentro do contexto das desigualdades econômicas e, geralmente, da pobreza extrema⁵, os debates públicos são dominados por narrativas unidimensionais que apresentam a migração (legal e ilegal) de maneira negativa e tratam o tráfico como um fenômeno criminoso isolado.

Este relatório analisa algumas das “narrativas” do Reino Unido, com foco específico nas narrativas sobre o tráfico e a exploração de mulheres antes e durante os Jogos Olímpicos de Londres 2012⁶. Esta tarefa provou ser muito

3 Este termo “mulheres migrantes sem formação profissional” é contencioso, pois as mulheres já compõem praticamente metade dos migrantes por muitas décadas. Entretanto, os padrões migratórios mudaram em função de eventos econômicos e geopolíticos, sendo que, mais recentemente, houve um aumento no número de mulheres que migram de determinadas regiões (como as Filipinas). Além disso, este termo às vezes é usado para descrever porque as mulheres estão migrando em busca de trabalho, em vez de se reunirem aos membros da família do sexo masculino.

4 Jolly, S., Reeves, H. 2005. Gender and Migration Overview Report, Bridge, Brighton, Institute of Development Studies. Disponível em: <http://www.bridge.ids.ac.uk/reports/CEP-Mig-OR.pdf>

5 Ruhs, Martin, 2009. Migrant Rights, Immigration Policy and Human Development, Human Development, Artigo Acadêmico 2009/23, UNDP. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/papers/HDRP_2009_23.pdf

6 Neste relatório, o termo “narrativa” é usado de maneira ampla para indicar as diferentes maneiras que os diferentes agentes empregam para debater e discutir o tráfico e a exploração de mulheres.

complexa, principalmente por causa do número de concepções errôneas, meias-verdades e preconceitos inseridos no discurso. Por exemplo, a preparação para os Jogos Olímpicos de Londres 2012 foi cercada de ansiedade sobre o tráfico, concentrado, na sua maioria, na exploração sexual e de mulheres. Por exemplo, em janeiro de 2010, Tessa Jowell, a então Ministra dos Jogos Olímpicos, disse aos membros do parlamento britânico: “Os grandes eventos esportivos atraem a indústria global do tráfico e do sexo. Isso é inaceitável. Assumi o compromisso de não deixar os traficantes explorarem os Jogos Olímpicos de Londres 2012”.⁷

Dentre os vários agentes envolvidos nos problemas do tráfico e da exploração de mulheres, inclusive ministros e formuladores de políticas, as organizações da sociedade civil, a mídia, os acadêmicos e os centros de pesquisa, poucos aceitaram a afirmação de Tessa Jowell que os grandes eventos esportivos geralmente levam a um aumento no tráfico sexual. Em contrapartida, especialistas como Patrick Belsler, economista sênior da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao responder sobre a previsão de que 40.000 profissionais de sexo seriam traficadas para a África do Sul para a Copa do Mundo 2010, declarou que: “É o tipo de número que não possui fonte identificável e nenhuma metodologia transparente”.⁸ Apesar da existência de pesquisas rigorosas e análises sólidas, geradas por várias fontes de pesquisa, em que a maioria não confirma a declaração da existência de uma conexão entre os grandes eventos esportivos e a incidência do tráfico, tais narrativas continuam circulando com surpreendente tenacidade.

Em um documento informativo anterior a esta publicação (consulte o Anexo para ler o resumo), a CAWN identificou sete abordagens ou “narrativas” que informam os debates sobre o tráfico e a exploração de mulheres:

- o problema do trabalho sexual
- o problema do trabalho
- o problema da migração
- o problema das redes criminosas
- o problema da justiça econômica global
- o problema do gênero sexual
- o problema da discriminação racial e étnica


Estas narrativas diferentes não aparecem com a mesma frequência. Algumas, tais como a narrativa do trabalho sexual, em que o tráfico geralmente é associado à prostituição, são mais comuns que outras. Apesar das variações, esta classificação é útil, tanto para desconstruir as narrativas, geralmente contraditórias e sobrepostas, usadas para descrever o fenômeno do tráfico e da exploração de mulheres, além de atrair a atenção para os problemas que devem ser incluídos no debate.

O relatório têm o objetivo de usar os agentes do Reino Unido e de outros países, onde os grandes eventos esportivos são realizados, principalmente o evento Commonwealth Games de Glasgow 2014, a Copa do Mundo 2014 e o Jogos Olímpicos do Rio 2016. A CAWN ressalta que:

Os defensores dos direitos da sociedade civil criaram discursos, geralmente em linha com sua especialidade de atuação, que não necessariamente englobam e abrangem todos os aspectos ressaltados acima. Geralmente, esta fragmentação do conhecimento leva a confrontos sobre o problema, que é visto sob várias óticas. As

7 Cacciottolo, Mario, London 2012: Will the Olympics bring more prostitutes? BBC, 7 de junho de 2010. <http://www.bbc.co.uk/news/magazine-18174387>

8 Bialik, Carl. The elusive link between sex trafficking and sporting events. Wall Street Journal, 18 de junho de 2010. <http://blogs.wsj.com/numbersguy/the-elusive-link-between-sex-trafficking-and-sporting-events-952/>



peessoas que trabalham para dar apoio às mulheres migrantes abusadas e exploradas conhecem, em primeira mão, a complexidade de cada caso. As múltiplas variações são o reflexo das várias dimensões do fenômeno do tráfico, da migração e da exploração das mulheres migrantes.⁹

Algumas destas narrativas diferentes são examinadas neste relatório, enfocando especificamente nas campanhas organizadas para os Jogos Olímpicos de Londres 2012 por cinco organizações da sociedade civil que enviaram relatórios de avaliação para a CAWN: x:talk, War on Want, Anti-Slavery International, Latin America Women's Rights Service (LAWRS) e Stop the Traffik¹⁰. O relatório incorpora uma análise crítica detalhada sobre a cobertura da mídia sobre estes problemas no Reino Unido, entre maio e agosto de 2012, e inclui outros artigos fora deste escopo, quando relevante. O relatório também inclui, quando necessário, uma discussão sobre partes da legislação e como ela é interpretada e seguida.

Este relatório possui quatro seções: A primeira seção examina a natureza e a escala da migração e do tráfico; a segunda seção discute as narrativas sobre o tráfico e a exploração sexual; a terceira seção discute a migração, o tráfico e a exploração do trabalho (excluindo o trabalho sexual); e a quarta seção apresenta conclusões e recomendações para o trabalho futuro.

9 López Calvo, V., 2012. Using Intersectional Analysis to tackle trafficking and exploitation of women, (O uso da análise de interseccional para lidar com o problema e a exploração de mulheres, em tradução livre), documento informativo do CAWN.

10 Estes relatórios estão disponíveis mediante solicitação à CAWN. Escreva para: info@cawn.org.



Migração e tráfico para o Reino Unido e a desvinculação com os Jogos Olímpicos de Londres 2012

Fusões, exageros e interpretações errôneas

O número total de migrantes internacionais aumentou nos últimos 10 anos de uma estimativa de 150 milhões, em 2000,¹¹ para 214 milhões de pessoas atualmente.¹² Estima-se que 10 a 15% destas pessoas esteja em situação “irregular”.¹³ Esta tendência global refletiu-se no Reino Unido, onde estima-se que havia cerca de 6.452.000 imigrantes em 2010, sendo que cerca de 10% destes estariam em situação irregular.¹⁴ As mulheres migrantes consistem em pouco mais da metade deste total.

Estes números são apenas estimativas. Em função da sua situação irregular, é difícil estimar o número

de migrantes. A Organização Internacional para a Migração (OIM) ressalta que:

A lei define a migração de maneira binária, como legal e ilegal, mas, na prática, a migração irregular envolve várias formas de infrações da migração e de outras leis... Os debates sobre o que e quem deve ser enquadrado na migração irregular e sobre os migrantes irregulares são complicados pelos desacordos sobre a terminologia usada para descrever o fenômeno... Esta terminologia inclui, dentre outros: clandestinos, ilegais, desautorizados, fora da lei, sem documentação, estrangeiros sem residência, pessoas ilegais, violando a lei, sem papéis (sem documentos), além de irregular. Além, e parcialmente em função, das complexas definições, os dados sobre a migração irregular e sobre os migrantes são muito limitados.¹⁵

Embora estes números mostrem um aumento no número de migrantes, é importante ressaltar que a proporção de migrantes em relação à população global permaneceu constante no período. Apesar disso, o discurso público e as narrativas sobre

11 Departamento dos Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN DESA). Trends in International Migrant Stock: The 2008 Revision. Disponível em: <http://esa.un.org/migration/index.asp?panel=1>

12 OIM. World Migration Report 2010. Disponível em: <http://www.publications.iom.int>

13 OIM. World Migration Report 2010. Disponível em: <http://www.publications.iom.int>

14 The Migration Observatory. 2011. Definitions, Pathways and Scale. Disponível em: <http://www.migrationobservatory.ox.ac.uk/briefings/irregular-migration-uk-definitions-pathways-and-scale>

15 Ibid.

migração no Reino Unido permanecem repletas de antipatia, conforme revelado em pesquisas recentes.¹⁶ Consequentemente, cerca de três quartos da população é contra a imigração (de qualquer tipo) e, na primeira década do século XXI, a imigração ressurgiu como um problema político dominante, seguido de um período onde não fazia parte dos temas dominantes no debate político ou na imprensa. Hoje em dia, a imigração está entre os quatro principais problemas enfrentados pela Grã-Bretanha, segundo as pesquisas de opinião pública, em comparação com menos de 5% de interesse mostrado em pesquisas realizadas na virada do século.¹⁷

Em contrapartida a esta hostilidade em relação aos imigrantes, as narrativas sobre o tráfico geralmente são caracterizadas pela preocupação pública e indignação moral. Como a Professora Titular Bridget Anderson ressalta, ainda os que geralmente são contra ou são hostis em relação aos imigrantes ilegais conseguem entender o apelo das “vítimas do tráfico” e responder aos pedidos de proteção.¹⁸

O “tráfico” é um termo relativamente recente, mas, desde meados dos anos 1990, carregou vários significados por vários agentes. As narrativas sobre o tráfico geralmente são caracterizadas por declarações alarmistas sobre a dimensão da indústria, ainda que a definição jurídica do tráfico seja específica. O Protocolo de Palermo é a legislação mais recente que define o tráfico como sendo:

Recrutamento, transporte, transferência, envio ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça,

uso de força ou de outras formas de coesão, de sequestro, de fraude, de engano, de abuso de poder, de abuso da vulnerabilidade, dar ou receber pagamentos ou benefícios, para conseguir o consentimento de uma pessoa que exerce o controle sobre outra pessoa para fins de exploração. A exploração deve incluir, no mínimo, a exploração da prostituição de outras pessoas, outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviço forçado, escravidão ou práticas análogas à escravidão, servitude ou remoção de órgãos.¹⁹

De acordo com esta definição, os três critérios principais precisam ser preenchidos para que uma pessoa seja legalmente considerada como “traficada”. Eles são: movimento (dentro do país ou internacional), aliciamento ou engano, e exploração. Portanto, esta definição de tráfico é muito restrita, ignorando um grande número de pessoas que sofrem com a exploração ou com o abuso dos direitos humanos, mas que não se enquadram nestes critérios como vítimas de tráfico.

Embora, de certa maneira, a definição jurídica do tráfico seja restrita e específica, às vezes, ela pode parecer muito ampla. Por exemplo, não há um padrão internacional (ou nacional) sobre o que é exploração ou aliciamento, portanto, as narrativas sobre o tráfico abrangem vários tipos de atividades, desde migração ilegal até a prostituição, inclusive o uso de linguagem xenófoba ou nacionalista.

Os comentários e as declarações de políticos e de funcionários públicos no Reino Unido pioraram a confusão sobre o significado, a natureza e a escala da

16 Sagar, S., Somerville, W., 2012. Building a British Model of Integration in an Era of Immigration: Policy Lessons for Government. Washington, DC, Migration Policy Institute. Disponível em: <http://www.migrationpolicy.org/pubs/UK-countrystudy.pdf>

17 Consulte as pesquisas de opinião pública do “Ipsos-MORI Issue Index” sobre a opinião pública no Reino Unido nos últimos 15 anos, www.ipsos-mori.com/researchpublications/researcharchive/poll.aspx?oltemID=56&view=wide. Em dezembro de 1999, menos de 5% dos respondentes identificaram a imigração ou as relações raciais como sendo um problema enfrentado pelo país. Em dezembro de 2007, este número subiu para 46%. O percentual de pessoas que identificam a imigração ou as relações raciais como sendo um problema importante enfrentado pelo país caiu desde 2008, pois a preocupação com a economia virou um fator dominante (as outras respostas mais comuns eram: crime, educação, o Serviço Nacional de Saúde, que seguiram o mesmo padrão). Entretanto, a imigração (ou as relações raciais) permanecem entre os quatro problemas principais identificados pelo público britânico. Para consultar mais informações, acesse Blinder, Scott. 2011. UK Public Opinion toward Immigration: Overall Attitudes and Level of Concern, Oxford: Migration Observatory. Disponível em: http://migrationobservatory.ox.ac.uk/sites/files/migobs/Public%20Opinion-Overall%20Attitudes%20and%20Level%20of%20Concern%20Briefing_0.pdf.

18 Anderson, Bridget. Stuck in Traffic: How helpful is the trafficking framework? The Compass Blog, publicado em 7 de maio de 2013. <http://compassoxfordblog.co.uk/2013/05/stuck-in-traffic-how-helpful-is-the-trafficking-framework/>

19 Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), 2004. Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children, Artigo 3: p. 42. <http://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf>.

migração no país. Em um discurso para o parlamento em 2011, o Ministro da Imigração Damian Green disse: “É simplesmente intolerável que, em 2011, o tráfico de pessoas ainda afete este país”.²⁰ Timothy Brian, o funcionário público de nível mais sênior, do Reino Unido, que trabalha com tráfico de pessoas disse, em 2012, antes de se aposentar: “Quando pensamos nas plantações de açúcar e de algodão do século XVIII e XIX, elas não eram tão ruins quanto o que muitas vítimas enfrentam nos dias de hoje. É desumano”.²¹ Em tom semelhantes, Anthony Steen, presidente da Human Trafficking Foundation, declarou: “Na era de William Wilberforce, era possível ver a escravidão. Hoje em dia, ela fica longe dos olhos, mas ainda é tão prevalente”.²²

Embora a natureza clandestina do tráfico e das atividades associadas a ele façam com que seja difícil provar ou refutar que o tráfico no Reino Unido é uma “grande indústria”, o discurso é muito prejudicado pela falta de entendimento e de clareza sobre o que realmente constitui o tráfico. As declarações citadas abaixo mostram como os ministros usam uma retórica que confunde os problemas da imigração, da migração e da exploração do trabalho com o tráfico, possivelmente para justificar uma política restrita contra a imigração.

Confusões semelhantes são claras em relação ao grande número de estatísticas e números que circulam como parte destas narrativas. Em 2003, o Ministério do Interior do Reino Unido comunicou ao Comitê dos Direitos Humanos que estimava-se que 4.000 pessoas eram traficadas para prostituição no Reino Unido. Este número de 4.000 foi usado novamente em um relatório do Ministério do Interior de 2008, mencionando o número como sendo “uma recente análise do

Ministério do Interior”, embora não esclarecesse como o número foi calculado.²³ As estatísticas das mulheres migrantes que trabalham na indústria do sexo não devem ser usadas como indicador de tráfico e exploração sexual, ainda assim, um relatório publicado em 2010 pela Association of Chief Police Officers (Associação de Chefes de Polícia, em tradução livre, ACPO, na sigla em inglês) usou estes números para este fim. O relatório estima que das 30.000 mulheres supostamente envolvidas em prostituição na Inglaterra e no País de Gales, 17.000 são migrantes, das quais, 2.600 foram traficadas, enquanto 9.600 são “migrantes vulneráveis” que possivelmente foram traficadas.²⁴ Não há provas empíricas que embasem estes números. Os números verificáveis sobre o tráfico sempre foram menores ou semelhantes. Kelly e Regan relataram que 71 mulheres profissionais do sexo traficadas tinham passagem pela polícia em 1998.²⁵ A Professora Titular Kelly especulou que talvez fosse uma estimativa baixa e que o número real pode ser algo entre 142 e 1.420!

Uma revelação surpreendente sobre a amplitude da exploração sexual no Reino Unido surgiu em relatórios da própria polícia sobre dois programas nacionais contra o tráfico chamados de Pentameter 1 e Pentameter 2.²⁶ O programa Pentameter 1 foi o primeiro esforço coordenado para lidar com o tráfico de pessoas para exploração sexual em escala nacional. Lançado em fevereiro de 2006, a Operation Pentameter (Operação Pentâmetro, em tradução livre) envolveu todas as forças policiais do Reino Unido, além do Serviço de Imigração do Reino Unido, a Agência contra o Crime Organizado e Grave, o Serviço de Procuradoria da Coroa e vários organizações não governamentais, além do Poppy Project. Durante os 3 meses de operação, 84 mulheres foram identificadas como

20 Citado em: Townsend, Mark. Trafficking victims lured to the UK: locked up and raped at £30 a time. The Observer, 15 de maio de 2011: <http://www.guardian.co.uk/law/2011/may/14/trafficking-victims-lured-to-england-locked-up-and-raped>.

21 Ibid.

22 Ibid.

23 Relatório do Ministério do Interior, 2008:p.6

24 Association of Chief Police Officers, 2010. Setting the record: The trafficking of migrant women in the England and Wales off-street prostitution sector. Disponível em: <http://www.acpo.police.uk/documents/crime/2010/201008CRITMW01.pdf>: pp. 5-6

25 Kelly, L., Regan L. 2000. Rhetoric and Realities: Sexual exploitation of children in Europe. CWASU, London Metropolitan University

26 Police Oracle, 2008. Pentameter Facts and Figures. Disponível em: http://www.policeoracle.com/news/Pentameter-Facts-and-Figures_16691.html

vítimas de tráfico. A operação Pentameter 2 foi lançada no dia 3 de outubro de 2007 e, quando Jacqui Smith, a então Ministra do Interior, anunciou os resultados em julho de 2008, ela clamou uma “grande vitória”. Ela declarou que a operação Pentameter 2 “prende 528 criminosos associados aos piores crimes que ameaçam nossa sociedade”.²⁷ Mais 167 vítimas de tráfico foram identificadas.

Entretanto, o jornalista investigativo Nick Davies revelou em um artigo publicado no diário britânico *The Guardian*, em outubro de 2009, que uma análise interna da polícia sobre a operação “Pentameter”, obtida após uma longa batalha jurídica, mostrava um cenário muito diferente:

Apenas 22 pessoas foram processadas por tráfico, inclusive duas mulheres que foram “resgatadas” como sendo supostas vítimas. Sete destas pessoas foram absolvidas. O resultado final foi que, após dar batida policial em 822 bordéis, apartamentos e casas de massagem no Reino Unido, a operação “Pentameter” sentenciou um total de quinze homens e mulheres por tráfico... Os documentos internos da polícia revelam que dez dos quinze condenados em decorrência da operação “Pentameter” eram homens e mulheres que foram presos com base de que não havia provas de que forçavam as prostitutas que trabalham para eles. Apenas cinco homens foram sentenciados por importar mulheres e forçá-las a trabalhar como prostitutas. Estas pessoas eram traficantes reais, porém nenhum deles foi detectado pela operação “Pentameter”, embora as investigações continuem... A maior investigação jamais realizada no Reino Unido sobre o tráfico sexual não encontrou uma pessoa sequer que tivesse forçado alguém a se prostituir, apesar das várias apreensões de profissionais do sexo, nos seis meses de duração da operação, realizada pelos departamentos governamentais, pelas agências especializadas e

por toda a polícia do país.²⁸

Embora este artigo não declarasse que o tráfico sexual não existia, ele revelou que a “escala e a natureza do tráfico sexual no Reino Unido foi exagerada por políticos e pela imprensa”.²⁹

Desde então, outros jornalistas tentaram conversar com mulheres traficadas para trabalho sexual e tentaram fazer avaliações próprias sobre a escala do tráfico. Outro artigo como este foi publicado pelo diário britânico *Observer*, em junho de 2012. Escrito por Mark Townsend, o editor de assuntos domésticos do jornal, o artigo tinha um título dramático:

Trafficking Victims lured to the UK: locked up and raped at £30 a time: (Vítimas de tráfico aliciadas para o Reino Unido: trancadas e estupradas a 30 libras esterlinas por hora:)

As the government’s anti-trafficking strategy falters, what of the thousands of women brought into the UK every year and forced into prostitution and slavery? (Enquanto a estratégia do governo contra o tráfico falha, o que acontecerá com as milhares de mulheres trazidas para o Reino Unido todo ano e forçadas a viver em situação de prostituição e escravidão?, em tradução livre)³⁰

Contudo, será que o artigo realmente consegue provar a alegação de que “milhares de mulheres” são traficadas todo ano? Townsend usa os números do relatório da ACPO de 2010. Estes números são baseados na Operation Acumen (Operação Acúmen), que teve início em janeiro de 2009 como “uma iniciativa de um ano, envolvendo várias agências, para melhorar o conhecimento e o entendimento da escala do tráfico de pessoas para exploração sexual na Inglaterra e no País de Gales”.³¹ Townsend alega que estes números fazem parte da “maior operação para determinar a escala do tráfico sexual na Inglaterra e no País de Gales”, entretanto, em outra seção do artigo,

27 Ibid.

28 Davies, N. Inquiry fails to find single trafficker who forced anybody into prostitution. *The Guardian*, 20 de outubro de 2009. <http://www.guardian.co.uk/uk/2009/oct/20/government-trafficking-enquiry-fails>

29 Ibid.

30 Townsend, M. Op. cit.

31 Association of Chief Police Officers. 2010. Op. cit. <http://www.acpo.police.uk/documents/crime/2010/201008CRITMW01.pdf>: p.7

ele fornece os números reais dos condenados pela “Operation Acumen”:

Em média, houve 25 condenados ao ano por tráfico sexual desde 2004, sendo que apenas oito foram condenados na Inglaterra no ano passado. A Escócia e o País de Gales ainda não registraram nenhuma condenação sequer.³²

Estes números não conseguem comprovar a alegação de que milhares de mulheres são forçadas a se prostituir.

Outro jornalista, o respeitado Roy Greenslade, acredita que, de fato, a polícia realmente não sabe qual é a dimensão do problema. Greenslade acompanhou o problema durante muitos anos e, no seu blog, publicado no diário britânico *The Guardian*, em 6 de julho de 2012, ele disse que ficou intrigado com a publicação de uma nova pesquisa que estabelecia uma “conexão direta entre anúncios de prostitutas em jornais e o tráfico sexual”.³³ Ele leu a pesquisa que fazia tal declaração e não encontrou provas empíricas. De fato, o artigo intitulado *Reading between the lines – the links between advertisements for sexual services and trafficking for sexual exploitation* (Lendo entre as linhas - as conexões entre anúncios de serviços sexuais e o tráfico para exploração sexual, em tradução livre), concluiu que:

As provas empíricas disponíveis sobre os temas centrais da prostituição, do tráfico sexual e suas conexões são limitadas, incertas e contestáveis. É necessário realizar pesquisa qualitativa, quantitativa e mais abrangente para que as políticas e as diretrizes baseadas em provas empíricas viam realidade.³⁴

Greenslade disse que:

“Suspeito que algumas mulheres traficadas foram aliciadas a trabalhar em bordéis que publicavam

anúncios em jornais. Também suspeito que quando as mulheres estrangeiras que trabalham em bordéis são presas, muitas delas dizem que foram traficadas quando, de fato, vieram por vontade própria.

Obviamente, não tenho certeza disso, nem ninguém tem, nem mesmo as “autoridades” sabem ao certo.

Esta talvez seja a conclusão mais honesta a que outros jornalistas e outros analistas consigam chegar, ou seja, a de que eles sabem muito pouco e as autoridades sabem muito pouco.³⁵

Em função do nível de ignorância ressaltado por Roy Greenslade, é pouco surpreendente que as interpretações errôneas e conflitantes sejam retratadas na mídia e cerquem a narrativa sobre exploração sexual, indubitavelmente, devido à natureza sensacionalista do problema.

Estas confusões e estes enganos não são ajudados pelo fato de que a lei internacional não corresponde à lei nacional. A definição de tráfico segundo o Protocolo de Palermo, por exemplo, não corresponde às Seções 57-59 da lei *Sexual Offences Act 2003* (Lei de Crimes Sexuais 2003, em tradução livre). Estas seções da lei “definem como crime a organização ou facilitação do transporte de pessoas para dentro ou fora do Reino Unido para fins de exploração sexual... Não sendo necessário que a pessoa que facilitou a chegada, viagem ou partida de uma pessoa para fins de exploração sexual, use força, aliciamento ou práticas enganosas, conforme exigido pelo Protocolo de Palermo”³⁶.

Esta confusão foi ilustrada quando um artigo publicado no site *BBC Online*, em abril de 2012, foi examinado. O caso aconteceu na Irlanda do Norte e relatava que um homem de Belfast tinha sido sentenciado por “traficar duas mulheres para o Reino Unido, por

32 Townsend, M. Op. cit.

33 Greensdale, R., Do newspaper sex adverts really encourage the trafficking of women?, *The Guardian*, 6 de julho de 2012. <http://www.guardian.co.uk/media/greenslade/2012/jul/06/local-newspapers-prostitution?INTCMP=SRCH>

34 Voolme, H., Trujillo, M., 2012. *Reading between the lines: Examining the links between advertisement for sexual services and trafficking for sexual exploitation*. Disponível em: http://maryhoneyballmep.files.wordpress.com/2012/06/reading-between-the-lines_final_mh.pdf

35 Greenslade, R. Op. cit.

36 x:talk, 2010. *Human Rights, Sex Work and the Challenge of Trafficking. Human rights impact assessment of anti-trafficking policy in the UK*, p. 9. Londres. Disponível em: <http://www.xtalkproject.net/wp-content/uploads/2010/12/reportfinal1.pdf>

controlar prostituição e manter um bordel”. Esta foi a primeira reportagem que dizia que, pela primeira vez, uma pessoa da Irlanda do Norte fora condenada por tráfico de pessoas e, por isso, parece que houve certa confusão na maneira como as autoridades lidaram com o caso. O artigo deixa claro (e isso foi reiterado pelo juiz) que as duas mulheres viajaram de livre e espontânea vontade da Eslovênia para Belfast para trabalharem como prostitutas:

Um homem foi sentenciado pelo Tribunal do Júri de Belfast por crime de prostituição e tráfico de pessoas... Foi a primeira condenação por tráfico da Irlanda do Norte... Não houve alegação de que as mulheres foram trazidas ou presas contra própria vontade. (Ênfase do autor)

Este homem deveria ter sido sentenciado por “tráfico”? Parece que não, do ponto de vista da definição jurídica de tráfico do Protocolo de Palermo. Ainda assim, a falta de clareza da lei britânica Sexual Offences Act 2003 (Lei de Crimes Sexuais 2003, em tradução livre) possibilita a interpretação de trabalho sexual consensual, principalmente do trabalho sexual de migrantes, como tráfico, agregando mais um ponto às várias concepções errôneas.

Estas confusões são inevitáveis, possivelmente, dentro de um contexto onde a retórica do governo parece considerar o tráfico como parte inerente do trabalho sexual executado por mulheres estrangeiras. Isso pode levar a declarações sem sentido, tais como a pronunciada pelo Detetive Inspetor Douglas Grant à BBC Online sobre a condenação do “traficante”: “Após uma investigação (duas mulheres) foram resgatadas no dia 21 de março.” Embora as mulheres possivelmente precisassem de ajuda, devido à condição precária da sua situação, elas claramente não foram “resgatadas”, pois não estavam trabalhando no bordel contra a vontade própria. Neste caso, a confusão vista na cobertura da imprensa não surgiu da incompetência do jornalista, mas da falta de clareza das autoridades envolvidas.

A ausência da problemática do tráfico durante os Jogos Olímpicos de Londres 2012

Como já foi citado, declarações infundadas alegando que os grandes eventos esportivos atraem um aumento significativo da prostituição e do tráfico de mulheres são comuns e, geralmente, são usadas para justificar várias ações por parte do governo e de outros atores. Segundo a Global Alliance Against Traffic in Women (Aliança Global Contra o Tráfico de Mulheres, em tradução livre, GAATW, na sigla em inglês), isso ficou evidente na Copa do Mundo da FIFA 2006, na Alemanha.³⁷ Durante este período, o governo sueco viu uma oportunidade de questionar a política da Alemanha em relação ao trabalho sexual, argumentando que a política alemã de legalização da prostituição aumentaria o risco de tráfico para a Copa do Mundo da FIFA 2006.³⁸ Isso foi seguido de uma resolução do Parlamento Europeu, publicada no dia 15 de março de 2006, alegando que “os grandes eventos esportivos resultam em um aumento temporário e espetacular na demanda de serviços sexuais”.³⁹

Entretanto, esta alegação provou ser falsa, como já fora previsto por vários especialistas.⁴⁰ No relatório *What’s the cost of a rumour?* (Qual é o custo de um rumor?, em tradução livre) O GAATW mostrou que as várias previsões dos grandes aumentos do tráfico sexual em vários Jogos Olímpicos não se materializaram:

Na Alemanha, em 2006, por exemplo, foi previsto que 40.000 prostitutas, prostitutas estrangeiras, mulheres traficadas e prostitutas forçadas seriam “importadas” para o evento. Porém, de fato, apenas cinco casos pareciam ter conexão com o evento, dentre eles, um era o de um homem. Em Atenas, em 2004, parece que houve muitos relatórios incorretos e muita controvérsia internacional sobre o status do trabalho sexual na Grécia e como as autoridades regulavam o setor. Entretanto, a questão é que nenhum dos casos de tráfico ocorridos em 2004 estavam conectados aos

37 Ham, J., 2011. *What’s the Cost of a Rumour? A Guide to the Myths and the Facts about Sporting Events and Trafficking*. Bangcoc, Global Alliance Against Trafficking in Women (GAATW). Disponível em: <http://www.gaatw.org/publications/WhatstheCostofaRumour.11.15.2011.pdf>

38 Ibid. e veja a nota de rodapé 14

39 Ibid.

40 Bialik, C. Op. cit.

Jogos Olímpicos de 2004. Um último exemplo é a Copa do Mundo da FIFA 2010, na África do Sul, em que, novamente, 40.000 mulheres virariam vítimas de tráfico para o evento. Após o evento, entretanto, o Departamento de Justiça e Desenvolvimento Constitucional comunicou em uma reunião no parlamento que não houve nenhum caso de tráfico durante a Copa do Mundo.⁴¹

Apesar destas provas empíricas, esta narrativa da conexão entre o trabalho sexual, o tráfico e os eventos esportivos teve grande apelo no Reino Unido, na preparação para os Jogos Olímpicos, principalmente da parte de políticos e jornalistas. Ficou claro em alguns comentários feitos por políticos e oficiais, posteriormente divulgados pela imprensa. Por exemplo, em fevereiro de 2011, Yvette Cooper, a Ministra do Interior do Partido de Oposição, expressou preocupação sobre a escala do tráfico de pessoas dizendo que aumentaria em função dos Jogos Olímpicos:

Os Jogos Olímpicos de Londres 2012 “atrairão” o tráfico de pessoas, a menos que os ministros iniciem uma operação de combate urgente, conforme declaração da Ministra do Interior do Partido de Oposição, Yvette Cooper, feita hoje... Criminosos usarão os Jogos Olímpicos, no ano que vem, para forçar mulheres e jovens a trabalhar forçadamente na indústria do sexo, declarou a Sra. Cooper. Ela pediu que o governo usasse as lições aprendidas nos Jogos Olímpicos da Grécia 2004, alegando que o número de pessoas traficadas dobrou em função de esforços insuficientes.⁴²

No início de 2012, o tráfico, principalmente a narrativa do tráfico de mulheres para exploração sexual, foi figurado na imprensa por políticos e formuladores de política que falavam sobre o tema e, desta maneira, despertavam mais interesse da imprensa. Conforme os Jogos Olímpicos se aproximavam, os jornais davam cada vez mais ênfase na explosão da prostituição e, conforme os políticos ignoravam outros setores para os

quais as mulheres eram traficadas e exploradas, assim o fazia a imprensa. Esta é uma citação de um artigo do diário britânico Daily Mail, de 27 de junho, fazendo uma associação errônea entre a prostituição e o tráfico sexual:

Temores de que a prostituição e o tráfico sexual aumentarão na capital durante os Jogos Olímpicos estão crescendo, pois foi alegado que as agências de acompanhantes estão adotando o nome dos Jogos Olímpicos e acrescentando mais mulheres em oferta e oferecendo serviços especiais no padrão “medalha de ouro”.⁴³

No mesmo artigo, menciona-se a narrativa fictícia de que os grandes eventos contribuem com “uma explosão na indústria do sexo”, usando a metáfora de “inundação”, geralmente associada às várias ondas de migrações de pessoas ao Reino Unido. A outra imagem é a de que as prostitutas ou profissionais do sexo precisam de dinheiro e esperam “lucrar” com os Jogos Olímpicos:

Os grandes eventos esportivos tendem a precipitar uma explosão na indústria do sexo, com centenas de milhares de visitantes, inclusive trabalhadores da vila olímpica, espectadores e atletas, inundando a região... O tráfico sexual praticamente dobrou durante os Jogos Olímpicos de Atenas 2004, com relatos de ataques sexuais na vila olímpica de Sidney, em 2000. E, um mês antes do início dos jogos, muitas agências de acompanhantes de Londres já estão lucrando.⁴⁴

O diário britânico The Sun publicou o mesmo artigo e usou a mesma imagem:

Prostitutas já estão lucrando com os Jogos Olímpicos, revela investigação do The Sun. A internet foi inundada por anúncios de agências visando os turistas que virão aos Jogos Olímpicos de Londres 2012. As ofertas incluem “excelentes acompanhantes para os Jogos Olímpicos” e “acompanhantes sociais padrão ouro”. Uma empresa chama-se Olympic Escorts

41 Ham, J. Op. cit.

42 Woodhouse, C. Olympics will be magnet for sex trafficking gangs, warns Yvette Cooper. Evening Standard, 9 de fevereiro de 2011. <http://www.standard.co.uk/news/olympics-will-be-magnet-for-sex-trafficking-gangs-warns-yvette-cooper-6565248.html>

43 De Lacey, M. London set to be flooded by prostitutes during Olympics, Mail Online, 27 de junho de 2012: <http://www.dailymail.co.uk/femail/article-2165027/London-set-flooded-prostitutes-2012-Olympics.html>

44 Ibid.

(Acompanhando para os Jogos Olímpicos, em tradução livre) e oferece descontos para quem usa o serviço mais de uma vez.⁴⁵

Este artigo publicado no The Sun foi escrito em tom sensacionalista, alimentando a ideia de que a prostituição aumentaria durante os Jogos Olímpicos, mas, diferente de outros, até entrevistou uma das prostitutas. Pelo menos, ela esclareceu que tinha escolhido vir para Londres, de livre e espontânea vontade, porque via os Jogos Olímpicos como uma oportunidade comercial. Fugindo da prática dominante, este artigo ofereceu uma contra-narrativa à suposição dominante de que quem oferece serviço sexual geralmente é explorado ou aliciado:

Madison, acompanhante de luxo, 49 anos, se muda para Londres para lucrar com os Jogos Olímpicos. A profissional, natural de Manchester e mãe de uma criança, disse que cobra até £1.000 por noite de sexo e declarou: “Vale a pena reservar um hotel em Londres durante os Jogos Olímpicos. Ganho uma renda média de uma acompanhante independente, mas espero ganhar muito mais durante os Jogos Olímpicos. Haverá mais homens durante os Jogos Olímpicos”.⁴⁶

Este artigo também é prova empírica de outra narrativa liberal da cultura popular, ou seja, a da profissional do sexo inglesa de alta classe, que trabalha por conta própria e ganha muito dinheiro com isso. Embora as narrativas dominantes no Reino Unido reflitam uma perspectiva mais abolicionista, no momento, há uma ênfase na prostituição como sendo uma atividade de alta classe e de alta rentabilidade. Esta nova narrativa tornou-se mais comumente adotada quando Brooke Magnanti, que precisava de dinheiro para completar seu doutoramento, se inscreveu para trabalhar em uma agência de acompanhantes de luxo. Adotando o nome de Belle de Jour, ela escreveu um blog sobre a vida como prostituta de luxo que, posteriormente, transformou-se em uma série para a TV.

O final do artigo cita Madison dizendo que:

Ganho uma renda média de uma acompanhante independente, mas espero ganhar muito mais durante os Jogos Olímpicos. Haverá mais homens durante os Jogos Olímpicos. Eles acordam de manhã e já estão pensando em sexo. E não conseguem relaxar até que alguém cuide disso.⁴⁷

Como o GAATW ressaltou, entretanto, essas ideias são baseadas em “suposições problemáticas sobre a masculinidade”:

O entusiasmo que cerca os grandes eventos esportivos e o tráfico para prostituição usa uma normativa hétero ou noções “machistas” sobre a masculinidade e a feminilidade. As multidões são consideradas como sendo predominantemente masculinas e exigindo o sexo comercial, sendo que as mulheres apenas são vistas como alvos das “exigências” dos homens.

“Há muitas pessoas vindo e eles são homens. Eles estão longe de casa, há álcool por toda parte e eles querem sexo”, declara Christine MacMillan, do Exército da Salvação.

Entretanto, os relatórios oficiais divulgaram que muitos visitantes e expectadores da Copa do Mundo da FIFA 2006 (Alemanha) e da Copa do Mundo da FIFA 2010 (África do Sul) eram famílias, mulheres, casais e grupos mistos.⁴⁸

Mas nem toda a cobertura sobre o assunto usou a mesma narrativa dos tabloides. Uma contribuição importante para uma análise mais responsável foi feita por Andrew Boff, membro da Conservative London Assembly (Assembleia de Londres do Partido Conservador, em tradução livre), que publicou um relatório chamado Silence on Violence (Silêncio sobre a Violência), sobre o policiamento do trabalho sexual nas ruas e o tráfico sexual em Londres. Ele concluiu que:

Os Jogos Olímpicos levaram a um aumento do interesse da imprensa sobre o aumento do tráfico e da prostituição em Londres. Por isso, O Serviço

45 Francis, N. Prostitutes are ready to cash in on the Olympic games. The Sun, 17 de junho de 2012. <http://www.thesun.co.uk/sol/homepage/features/4377239/On-the-Games-Web-vice-sites-target-Olympics-fans.html>

46 Ibid.

47 Ibid.

48 Ham, J. Op. cit p. 14.

da Polícia Metropolitana recebeu mais fundos para lidar com o tráfico sexual. Entretanto, não encontrei provas empíricas de que o tráfico para exploração sexual, de fato, tenha aumentado durante os eventos esportivos, ou mesmo, de que o tráfico ou a prostituição tenha aumentado em Londres. De fato, minha pesquisa mostrou que houve uma redução na prostituição registrada pela polícia em Londres. Muitas vítimas do tráfico sexual que atuam na indústria do sexo não se enquadram no papel suposto e quase idealizado da pessoa que é forçada a virar profissional do sexo contra a própria vontade. Minhas entrevistas com provedores de serviços que trabalham com profissionais do sexo e com acadêmicos mostraram que muitas vítimas de tráfico sexual são mulheres migrantes que optaram por atuar como profissionais do sexo. Uma vez que chegam aqui, elas são muito exploradas no trabalho, mas talvez entendam esta exploração apenas de forma gradual.⁴⁹

O relatório de Boff foi uma correção útil. Foi publicado em março de 2012, antes da publicação dos artigos supracitados. Os tabloides que analisamos já estariam cientes sobre o relatório ou poderiam ter descoberto a informação, se tivessem pesquisado adequadamente. Mas por que deixar os fatos reais estragarem uma ótima estória?

Também há outros exemplos de artigos mais responsáveis publicados pela imprensa. No dia 7 de junho de 2012, a BBC Online publicou um artigo que questionava as alegações de que Londres seria “inundada” por prostitutas traficadas. O artigo começou assim:

Grandes eventos esportivos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos geralmente são precedidos de avisos sobre o aumento na prostituição e no tráfico sexual resultante da chegada dos expectadores. Mas será que a prostituição em Londres realmente aumentará por

causa dos Jogos Olímpicos de Londres 2012?⁵⁰

Após analisar provas empíricas e citar grande parte da declaração de Boff, o artigo concluiu que isso não aconteceria.

O racismo implícito

O tráfico no Reino Unido geralmente é mais associado às redes criminosas ou à máfia que opera entre fronteiras. Conforme mencionado em um informativo publicado pela CAWN, este é aspecto enfatizado pelas agências governamentais.⁵¹ Grande parte da política contra o tráfico deriva desta premissa, que pede mais supervisão policial e maior cooperação entre países, com forte ênfase na condenação dos traficantes e na desmontagem das redes de crime organizado. Existe um processo inerente “separado” que ocorre em tais narrativas, e que ocorre dentro do discurso sobre o tráfico. Alguns acadêmicos, por exemplo, ressaltaram que as suposições colonialistas inerentes ao discurso sobre o tráfico, que criam uma dicotomia entre as profissionais do sexo migrantes que possivelmente foram traficadas e precisam ser socorridas e, por outro lado, as profissionais do sexo europeias que possivelmente são emancipadas e autônomas.⁵²

Estas suposições colonialistas e racistas são parte inerente, em vez de explícita, da maioria das narrativas sobre o tráfico, reforçadas por declarações alarmistas de “inundações” de migrantes e “bandos” de profissionais de sexo migrantes que precisam ser resgatadas das mãos de bandos de criminosos (não europeus), e assim por diante.

De fato, o problema dos bandos de criminosos e das redes criminosas é mais profundo: Kalayaan, uma ONG que luta pela justiça dos trabalhadores domésticos migrantes no Reino Unido, enfatiza que, geralmente, os traficantes são indivíduos que operam de forma independente⁵³ e provas racionais da indústria do sexo

49 Boff, A., 2012. Silence on Violence – Improving the Safety of Women. Disponível em: <http://glaconservatives.co.uk/wp-content/uploads/downloads/2012/03/Report-on-the-Safety-of-Sex-Workers-Silence-on-Violence.pdf>

50 Cacciottollo, M. Op. cit.: <http://www.bbc.co.uk/news/magazine-18174387>

51 López Calvo, V. Op. cit.

52 Kempadoo K, Doezema J. 1998. Global Sex Workers: Rights, Resistance, Redefinition. Routledge, Nova York.

53 Kalayaan, 2011. Policies that work to protect migrant domestic workers. Relatório Anual, Londres <http://www.kalayaan.org.uk/documents/ANNUAL%20REPORT%2010-11.pdf>

indicam que muitos traficantes são mulheres.⁵⁴

Na preparação para os Jogos Olímpicos, foram publicados vários artigos que refletiam as suposições supracitadas. Na corrida para publicar histórias interessantes, muitos jornais, principalmente tabloides, ignoraram as complexidades e mencionaram que bandos de criminosos invadiriam a capital com prostitutas e ladrões. Este é o caso de um artigo publicado pelo diário britânico Daily Mail, no dia 24 de abril de 2012:

Organizações criminosas romenas estão inundando Londres com centenas de batedores de carteira, prostitutas e pedintes antes dos Jogos Olímpicos.

Ônibus cheios de imigrantes pobres estão chegando à capital, todos os dias, sendo que muitos já estão com mapas em mãos, direcionando-os para os melhores locais que devem defender, seguindo ordens, dos rivais.⁵⁵

Há um elemento racista implícito na maneira como o incidente foi descrito. O artigo declara que 60 romenos tinham chegado (o único número mencionado e que não se aproxima das “centenas”) e foram impedidos pela Prefeitura de Londres de dormir na rua, perto do bairro de Marble Arch, em Londres.

O artigo declarava que:

Recentemente, a polícia descobriu cinquenta mulheres supostamente traficadas para a região para trabalhar como prostitutas e prendeu quatro mulheres pedintes que usavam crianças pequenas de até três anos de idade.

O artigo era acompanhado de uma foto de quatro mulheres, e nenhuma estava segurando uma criança. Nenhuma prova empírica foi mostrada para comprovar que as mulheres das fotos eram pedintes e, mesmo assim, a legenda dizia:

Crime organizado: Recentemente, a polícia prendeu quatro mulheres pedintes que usavam crianças de

até três anos de idade.

O diário britânico Express, outro tabloide, publicou a mesma história, no mesmo dia:

Criminosos romenos estão trazendo centenas de homens, mulheres e crianças para Londres, antes dos Jogos Olímpicos, para encher as ruas de batedores de carteira, pedintes e prostitutas.⁵⁶

O diário declarou no mesmo artigo:

A polícia descobriu que cinquenta mulheres foram traficadas para a região para trabalharem como prostitutas. A polícia também prendeu quatro mulheres pedintes por usarem crianças de até três anos de idade. A limpeza das pessoas e da bagunça que fizeram custa milhares de libras esterlinas.

Novamente, não havia prova empírica de que as cinquenta mulheres foram “traficadas”, ou seja, trazidas para o Reino Unido contra vontade própria ou sob falsas promessas. O diário britânico Evening Standard também publicou um artigo semelhante, escrito de maneira mais objetiva. Três dias depois, o Express publicou a mesma história, usando um tom mais alarmista:

As ruas de Marble Arch foram inundadas de migrantes que dormem na rua em uma escala jamais vista.

Oficiais temem que um dos marcos da capital vire um acampamento esqualido, enquanto o mundo inteiro chega a Londres para os Jogos Olímpicos.

Seguranças do bairro estão limpando grupos de até sessenta romenos, que dormem na rua, toda noite, na região de Marble Arch e de Oxford Street. A polícia descobriu que cinquenta mulheres foram traficadas para a região para trabalharem como prostitutas. A polícia também prendeu quatro mulheres pedintes por usarem crianças de até três anos de idade.⁵⁷

54 Cusick, L., Kinnell, H., Brooks-Gordon, B., Campbell, R., 2009. Wild guesses and conflated meanings? Estimating the size of the sex worker population in Britain, *Critical Social Policy* 29 (4): 703 – 719.

55 Mail Online. Romanian gangs are flooding London with pickpockets, prostitutes and beggars ahead of Olympic games, 24 de abril de 2012. <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2134301/Romanian-gangs-flooding-London-pickpockets-prostitutes-ahead-Olympic-games.html>

56 Dawar, A. Migrants bussed in to beg, steal and sell sex, Express, 24 de abril de 2012. <http://www.express.co.uk/posts/view/316202/Migrants-bussed-in-to-beg-steal-and-sell-sex>

57 Dawar, A. Op. cit.

Embora não esteja explícito, há um elemento racista e xenófobo nos artigos dos diários britânicos Daily Mail e Express. As mulheres da foto publicada pelo Daily Mail provavelmente eram ciganas (ou pareciam-se com mulheres ciganas, vestindo saias longas e lenços na cabeça). Hoje em dia, os jornais correm risco de serem processados com base na lei britânica Race Relations Act (Lei de Direitos Raciais, em tradução livre), se sugerirem abertamente que os ciganos são pedintes, ladrões e prostitutas, contudo, a associação está implícita na foto e no linguajar semelhante entre as palavras romeno e roma (roma significa povo cigano em inglês).

Além disso, não havia um pingão de simpatia por estas pessoas que tinham acabado de chegar ao país. Ninguém tentou falar com eles. Quais foram as pressões econômicas que fizeram com que mudassem para uma cidade grande e inóspita? Que tipo de emprego estavam procurando? Quanto tempo queriam ficar? Ninguém nos disse. O contexto que explica o motivo da migração destas mulheres está totalmente ausente.

Foi apenas muitos meses depois que um artigo, publicado em um blog do diário britânico The Independent, escrito por Eliza Galos, uma das autoras de um relatório sobre tráfico publicado pelo Institute for Public Policy Research (IPPR), forneceu um histórico sobre o motivo desta chuva de artigos. Todos os jornais foram informados pela Polícia Metropolitana com antecedência, que, por sua vez, tinha sido informada pela polícia romena sobre a chegada dos romenos. Em outras palavras, foi uma história rápida e fácil de publicar, sem que os jornais se dessem ao trabalho de pesquisar mais profundamente.

Conforme Eliza Galos mencionou no artigo do seu blog, o problema do tráfico de crianças existe, principalmente da Romênia para o Reino Unido, mas este problema só será resolvido se os motivos forem entendidos e solucionados:

A cooperação policial anterior direcionada para lutar contra a mendicância e o crime, parte da "Operation Golf" (Operação Golfe, em tradução

livre), revelou que muitas crianças ciganas eram traficadas para o Reino Unido. E dados recentes indicam o maior número de vítimas em potencial da União Europeia, segundo avaliação do National Referral Mechanism (Mecanismo de Encaminhamento Nacional, em tradução livre, NRM, na sigla em inglês), vêm da Romênia.

No caso dos ciganos romenos, há vulnerabilidades que levam à exploração: carência de educação, pobreza, marginalização no país de origem, exploração familiar antes do tráfico, entre outros fatores. A menos que estes problemas sejam resolvidos, é provável que os ciganos continuem reaparecendo nas ruas de Londres. Em paralelo, o Reino Unido precisa fazer mais para lidar com a demanda estrutural de mão de obra barata e precisa punir grupos organizados ou indivíduos escrupulosos que exploram migrantes vulneráveis.

Esse conhecimento não parece ter sido levado em consideração nesta operação, que se concentrou unicamente em limpar as ruas, prender e condenar. Além do fato de que os problemas sérios causados pela exploração foram ignorados, esta solução para o problema dos pedintes e dos criminosos (alguns são menores de idade), controlados por bandos, fará com que o problema persista, caso os problemas sociais originários não sejam resolvidos.⁵⁸

Os jornais que foram analisados usaram histórias fáceis de conseguir e enganosas (alegando que mulheres ciganas foram "traficadas" para trabalharem como prostitutas ou pedintes), bem como ignoraram o fato real e perturbador de que as crianças ciganas foram traficadas para o país por causa de toda uma rede de carência social complexa.

Mensagens da sociedade civil

Conforme demonstrado acima, há uma grande confusão na opinião pública britânica em relação à imigração, ao trabalho sexual e ao tráfico sexual. Por isso, não é surpreendente que as organizações da sociedade civil achem praticamente impossível criar uma estratégia integrada e coerente em relação a

58 Galos, E. A short-term Olympic facelift cannot fix long-term human trafficking. Blogs do diário britânico The Independent, 23 de julho de 2012: <http://blogs.independent.co.uk/2012/07/24/a-short-term-olympic-facelift-cannot-fix-long-term-human-trafficking/>

estes problemas. Nesta seção, o trabalho de duas organizações, que têm objetivos diferentes, a Latin American Women's Rights Service (LAWRS) e a organização Stop the Traffik, será discutido.

Latin American Women's Rights Service (LAWRS)⁵⁹

O Latin American Women's Rights Service (LAWRS), uma pequena organização comunitária que oferece vários tipos de serviços para as mulheres latinas de Londres, enfrenta dificuldade para conciliar a experiência diária de resolver problemas concretos das mulheres latinas de Londres com esta confusão de estatísticas. O LAWRS oferece suporte e orientação para mulheres sobre três aspectos principais: pobreza, violência contra a mulher e melhores oportunidades de integração comunitária. Como parte do âmbito do trabalho com o problema do tráfico e da exploração de mulheres, o LAWRS realizou um trabalho específico para os Jogos Olímpicos de Londres 2012.

No relatório de avaliação sobre o trabalho com o tráfico e a exploração de mulheres, tanto em geral quanto em relação aos Jogos Olímpicos de Londres 2012, o LAWRS atraiu atenção para a discrepância entre as estimativas de mulheres traficadas para fins de exploração sexual e trabalho forçado e, por outro lado, o número de vítimas do tráfico latinas identificadas entre o grupo de clientes ou de mulheres encaminhadas por outras organizações. A avaliação diz que:

Segundo a Organização Internacional para a Migração (OIM), a exploração sexual é um negócio que movimenta 16 bilhões de dólares norte-americanos na América Latina.⁶⁰ O Departamento

de Estado dos EUA estima que, pelo menos, 100.000 mulheres latinas sejam traficadas internacionalmente, ao ano, sendo que muitas vítimas são provenientes da Colômbia e da República Dominicana, entre outros países. Ele identificou a Espanha, a Itália, Portugal, os EUA e o Japão como sendo os principais destinos das mulheres vítimas de tráfico.⁶¹ O relatório intitulado *Trafficking in Persons* (O Tráfico de Pessoas, em tradução livre), publicado pelo Departamento de Estado dos EUA em 2012, estima que existem 1,8 milhões de pessoas da América Latina e do Caribe exercendo trabalho forçado.⁶² Entretanto, estas declarações não correspondem ao número muito pequeno de vítimas de tráfico identificadas no Reino Unido, provenientes da América Latina.⁶³

Ainda que pouquíssimas pessoas se qualifiquem como vítimas do tráfico, o grupo de clientes do LAWRS sofre de formas diferentes de exploração:

As mulheres latinas estão sujeitas à exploração (trabalhista, sexual, financeira, entre outras). Elas também vivem em condições de isolamento social e, geralmente, são aliciadas a vir para o Reino Unido para buscar uma vida melhor e conseguir mandar dinheiro para a família, que, por sua vez, vive em condição de pobreza. Muitas mulheres que ajudamos também sofreram com ameaças aos membros da família.⁶⁴

As histórias das mulheres exemplificam algumas das complexidades de cada caso individual atendido pelo LAWRS e como a ênfase em "encontrar" as vítimas do tráfico é muito restrita para lidar com esses casos.

59 Consulte: www.lawrs.org.uk

60 EFE, Sex Trafficking Now a \$16 Billion Business in Latin America, 3 de janeiro de 2007.

61 Ribando Silke, Clare. 2012. *Trafficking in persons in Latin American and the Caribbean*. Washington DC: Serviço de Pesquisa do Congresso dos EUA. Disponível em: <http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33200.pdf>

62 Departamento de Estado dos EUA 2012. *Trafficking in Persons Report*. Disponível em: <http://www.state.gov/documents/organization/192587.pdf>

63 Relatório de avaliação do Latin American Women's Rights (LAWRS) publicado para a CAWN, 2013 (não publicado).

64 Estudo de caso do Latin American Women's Rights (LAWRS) para a CAWN, 2013 (não publicado).

Primeiro Estudo de Caso: “Quero ter uma vida sem violência.”

Fábia (nome fictício) veio para a Europa do Brasil. Ela decidiu mudar-se para Portugal para fugir da pobreza e de abusos familiares, assim como é o caso de outras mulheres latinas. Ela migrou para Portugal em função do idioma e por motivos culturais. Enquanto vivia em Portugal, ela casou-se com um residente local. Embora ela tenha diploma universitário, ela teve que trabalhar em subempregos e, conseqüentemente, recebia um baixo salário. O visto dela era como dependente do marido. Um ano após a mudança, o comportamento do marido mudou. Ele começou a beber muito e, logo em seguida, começou a bater em Fábia. Ela gastava o salário dos dois em bebida.

Após alguns meses, ele decidiu deixá-lo. Entretanto, quando pediu ajuda para a polícia portuguesa, disseram que se ela deixasse o marido, eles a denunciariam para o serviço de imigração. Ela ficou desesperada, em um novo país, sem amigos, sem dinheiro, sofrendo com violência diária e temendo por sua vida.

Na época, ela foi abordada por um “amigo” que morava no Reino Unido. Este “amigo” ofereceu uma saída. O amigo pagaria pelas despesas de viagem, caso ela se mudasse para Londres para trabalhar na indústria do sexo. Fábia tinha três opções: voltar para uma vida de abuso e pobreza no Brasil, permanecer em Portugal sem documentos e continuar sendo ameaçada pelo marido, ou mudar-se para Londres e aspirar por uma vida sem violência. Ela decidiu mudar-se para o Reino Unido.

Assim que ela chegou ao Reino Unido, ela descobriu que tinha que pagar o dinheiro de volta ao “amigo” com juros. Fábia pediu ajuda ao LAWRS, por meio do projeto Open Doors (Portas Abertas, em tradução livre), no St. Bartholomew’s Hospital. Ela ainda atua na indústria do sexo e recebe apoio prático e psicológico do LAWRS. Ela também recebeu orientação jurídica para regularizar o visto de permanência no país. Ela teve oportunidade de fazer trabalho voluntário para desenvolver suas competências.

Segundo Estudo de Caso: Exploração no Casamento

Margarita (nome fictício) veio para o Reino Unido em 2010, após conhecer o marido pela internet e se casar com ele no Peru. Ela tem filhos no Peru e sempre teve a intenção de mudar-se para o Reino Unido para viver com o marido, trabalhar e conseguir sustentar os filhos no Peru.

Após chegar ao Reino Unido, ela começou a trabalhar, mas não como não falava inglês bem e não sabia como fazer as coisas no Reino Unido (como abrir conta bancária, pedir o Número do Seguro Social, registrar-se no Posto de Saúde, entre outros), ela deixava o marido cuidar de tudo, inclusive do salário dela que, durante muitos meses, foi direto para a conta dele.

Com o passar dos meses, ela se acostumou com a nova rotina e, nas suas próprias palavras, ela tentou ser uma “boa esposa”. Ela cozinhava, trabalhava e limpava a casa. O marido não trabalhava porque supostamente estava estudando. Como o marido controlava o dinheiro dela, ela acabou não tendo dinheiro para pagar pelas despesas básicas e para enviar dinheiro para os filhos no Peru. Um dia, o patrão dela ajudou-a a abrir uma conta no banco para que ela recebesse o próprio salário.

A partir daí, a vida dela virou um inferno, pois o marido começou a abusar verbalmente dela, a insultá-la, chamando-a de estúpida e ignorante. Ele até tentou exigir que ela desse dinheiro para ele. Ela se recusou. Ele começou a trazer outras mulheres para casa, que também começaram a destralhar Margarita. O abuso e os maus tratos continuaram, e ele insistia que tinha feito um grande favor de dar uma chance dela viver e trabalhar no Reino Unido. Margarita, que tinha pouco mais de 50 anos, também foi criticada pelo marido por causa da idade, do corpo, insultada como sendo velha e não sendo boa para nada, além de não ser capaz de satisfazer as necessidades sexuais do marido.

Ela começou a perceber que ele não se importava com ela e só a trouxe para o Reino Unido para que ela fosse sua escrava, para sustentá-lo, limpar a casa e cozinhar para ele. Ela sentiu-se envergonhada e inferiorizada. Ela teve tanto medo que decidiu fugir. Agora, ela trabalha como doméstica e quer economizar dinheiro suficiente para voltar ao Peru e viver com os filhos.

Como a definição de tráfico é muito restrita, essas mulheres não tinham direito de receber nenhum tipo de apoio ou proteção do governo britânico. Esses casos exemplificam a necessidade de ter uma solução mais abrangente para resolver o problema. Uma solução que priorize os direitos humanos e que veja a imigração e o tráfico como respostas a um sistema mais amplo de desigualdades globais.

Stop the Traffik ⁶⁵

Apesar da predominância da narrativa do tráfico para exploração sexual, recentemente, o governo tentou ampliar a definição do tráfico e da exploração sexual para incorporar o entendimento do tráfico e do trabalho forçado em outros setores. Como reflexo desta mudança, Stop the Traffik, uma organização da sociedade civil financiada pelo governo, criou uma campanha para elevar a conscientização dos tipos diferentes de tráfico de pessoas, que foi realizada durante os Jogos Olímpicos de Londres 2012. A campanha intitulada Gift Box: the London Olympics and Beyond (Caixa de Presente: os Jogos Olímpicos de Londres e o Além, em tradução livre) foi organizada em colaboração com Stop the Traffik e a Iniciativa Global da ONU contra o Tráfico de Pessoas (UN.GIFT). O objetivo principal da campanha, que reflete a missão do Stop the Traffik, é elevar a conscientização sobre o tráfico de pessoas na comunidade para garantir que “todos assumam responsabilidade por esta luta”.

A campanha se concentrava em elevar a conscientização sobre o tráfico de pessoas, usando uma caixa de presente gigante chamada walk-in GIFT Box, que simbolizava o “modo como os traficantes aliciam as vítimas com falsas promessas”. O lado de fora da caixa oferece o “presente” de uma vida melhor. Quatro tipos de caixas foram criadas para os Jogos Olímpicos de Londres, cada uma de cor diferente, para representar os tipos diferentes de tráfico de pessoas: exploração sexual, trabalho forçado, servidão doméstica e crime. Dentro da caixa, o espectador tem uma visão tridimensional e interativa da experiência de um caso

real que aconteceu no Reino Unido.

Esta campanha foi criada para ter alta visibilidade e informar o público sobre o problema do tráfico de pessoas e o impacto nos indivíduos e na comunidade. De fato, foi positivo ver que esta campanha de alta visibilidade atraiu a atenção para o tráfico e a exploração em quatro setores diferentes de trabalho, em vez de se concentrar exclusivamente na exploração sexual.⁶⁶

Entretanto, o trabalho do Stop the Traffik e as suas campanhas são baseadas na narrativa alarmista sobre o tráfico de pessoas que foi descrita acima, ou seja, há uma “grande indústria de tráfico de pessoas”, assim como David Cameron declarou durante uma discussão no parlamento britânico, após o discurso da Rainha, em maio de 2012.⁶⁷ Conforme explicamos na nossa análise, estas declarações são mais retóricas do que baseadas em provas empíricas e menosprezam muitos problemas, inclusive a exploração da mão de obra barata, a pobreza, a imigração ilegal e as atividades criminais. O tráfico está longe de ser o único problema, ou o problema mais sério, enfrentado pelos migrantes. O jornalismo responsável ajuda a esclarecer, a elevar a conscientização do público e a esclarecer a questão, em vez de ofuscar a complexidade destes problemas. Isso ficou claro em um artigo publicado pelo diário britânico The Guardian, em 19 de março de 2012. Em uma entrevista com uma profissional do sexo supostamente traficada, chamada Fátima (nome fictício), ela revelou as limitações inerentes à definição jurídica de tráfico:

Fátima cresceu em uma vila isolada na região oeste da África. Ela não sabe o que aconteceu com os pais dela, mas foi informalmente adotada por um casal sem filhos, logo após o nascimento. O casal usava-a como escrava doméstica e o corpo dela estava cheio de cicatrizes de surras com vários tipos de objetos, que ela recebia desde pequena. O casal não deixava ela frequentar a escola e ela era analfabeta. Aos quinze anos, o casal vendeu-a para um homem que ela nunca tinha visto antes. Ela não sabia qual era o preço de venda, mas concordou

65 Consulte: <http://www.stophetraffik.org/>

66 Relatório de avaliação do Stop the Traffik para CAWN 2013 (não publicado).

67 Consulte: <http://www.publications.parliament.uk/pa/cm201213/cmhansrd/cm120509/debtext/120509-0001.htm>

em deixar o vilarejo onde vivia para acompanhar o homem.⁶⁸

Fátima acabou em Londres, trancada em um quarto e forçada a trabalhar como prostituta sem receber nada. O artigo revela que a falta de clareza sobre o fato de Fátima ter sido “traficada”, pois ela não foi forçada a deixar seu vilarejo e, mesmo depois da experiência terrível que sofreu, ela não quer voltar para a região oeste da África. A estória dela claramente mostra a importância de uma análise baseada nas estruturas globais e nos mercados de trabalho, em vez de ter uma definição restrita e inflexível do que significa o tráfico.

Dentro do escopo pretendido, a campanha do UN.GIFT foi um sucesso. Ela mobilizou o público a se envolver com os problemas, a promover mudanças na comunidade, assim como a criar uma conexão entre as narrativas das políticas e diretivas com a conscientização mais difusa e abrangente da comunidade. Trezentos e sessenta e um voluntários atuaram na campanha durante os Jogos Olímpicos de Londres 2012 e 11.725 pessoas entraram nas caixas durante o período da campanha. Além disso, cerca de 32.000 folhetos foram distribuídos, sendo que cerca de 10.000 pessoas, de 98 países diferentes, assinaram o folheto e devolveram-no, indicando que queriam se envolver em campanhas futuras sobre o combate ao tráfico de pessoas.

Vários tipos de mídia foram usados para promover a iniciativa, inclusive o projeto de um website⁶⁹ (que atraiu 2.531 visitantes exclusivos, Facebook, Twitter e vídeos no YouTube que, até o final de novembro de 2012, tiveram 2.179 visualizações).

Com relação ao número de potenciais vítimas de tráfico identificadas em função da campanha, o sucesso foi muito menor, o que questiona o fundamento lógico da campanha. A Linha Telefônica de Denúncia de Tráfico da Polícia Metropolitana foi divulgada nos materiais, nas laterais das caixas e Stop the Traffik declarou que, nos meses de julho e agosto, houve um aumento no número de ligações feitas, embora apenas

a metade tenha resultado em orientação fornecida e não houve nenhuma condenação ou identificação de vítima de tráfico. Além disso, os voluntários do GIFT completavam um formulário quando se deparavam com um incidente suspeito de tráfico de pessoas, seja no local ou por meio de um membro do público. No total, 22 formulários foram completados. Stop The Traffik também recebeu ligações e e-mails de voluntários da campanha GIFT box, que comunicaram incidentes nacionais e internacionais sobre possíveis casos de tráfico. No total, a campanha resultou em informação obtida sobre 27 casos.

Ficou claro que a campanha foi baseada em uma apreensão errônea, ou seja, o tráfico sexual aumentaria durante os Jogos Olímpicos. No blog da Dr. Laura Augustin, intitulado *Getting money to prevent sex trafficking even if there isn't any: London Olympics* (Obtendo dinheiro para evitar o tráfico sexual, ainda que ele não exista: Jogos Olímpicos, em tradução livre), que é especialista em migração e trabalho sexual, ela atrai atenção para a falta de provas empíricas que fundamentaram a campanha, prejudicando o seu objetivo final. Entretanto, ela argumenta que é muito difícil contestar a campanha:

Os que querem que as provas empíricas sejam a base da política social já se frustraram muito e se aborreceram com a sobrevivência do mito de que o tráfico sexual e a prostituição forçada aumentam muito durante os grandes eventos. Apesar de termos provas suficientes para convencer a maioria das pessoas de que não há um aumento, é óbvio que essas provas não importam, em lugares onde o medo do crime oculto é uma constante ameaça. Em outras palavras, se a polícia não encontrou mulheres acorrentadas, as vítimas estão muito bem escondidas, o que justifica mais dinheiro para ter um policiamento mais intenso... Isso é o que acontece quando o temor (o pânico, o mito) cria vida própria. As provas empíricas que esclarecem o temor tornam-se simplesmente irrelevantes.⁷⁰

68 Taylor, D. Met police sex trafficking investigations criticized. *The Guardian*, 19 de março de 2012 <http://www.guardian.co.uk/uk/2012/mar/19/met-police-sex-trafficking-investigations-criticised>

69 Consulte: www.ungiftbox.org

70 Agustín, L. *Getting money to prevent sex trafficking even if there isn't any: London Olympics*. *The Naked Anthropologist*, 10 de maio de 2012. <http://www.lauraagustin.com/getting-money-to-prevent-sex-trafficking-even-if-there-isnt-any-london-olympics>

É óbvio que toda vítima de tráfico precisa do apoio e da proteção que o estado deve fornecer, assim como os responsáveis pelos crimes devem ser punidos. Entretanto, as previsões de uma “grande indústria” de trabalho forçado não ajudam, pois levam ao uso incorreto de recursos e desviam o debate para longe dos problemas mais amplos causados pela exploração da mão de obra barata, da justiça global e dos direitos humanos.

O papel das políticas do Reino Unido

As narrativas discutidas neste documento exemplificam uma falta de clareza sobre o que é o tráfico, em vez da migração ou imigração, e o trabalho sexual, em vez da exploração sexual, mas também revelam uma total falta de entendimento sobre o problema da desigualdade global e da injustiça econômica, que, por sua vez, fundamentam as decisões sobre o tráfico, a migração e o trabalho. Nesta seção, oferecemos uma visão geral sobre os meios pelos quais a política comercial e de desenvolvimento internacional do Reino Unido contribui com o aprofundamento das desigualdades globais, que estão conectadas à dependência cada vez maior do tipo de trabalho migrante informal que o governo tanto quer eliminar.

O contexto global de insegurança econômica, com o qual as mulheres convivem nos dias de hoje, foi criado a partir de tendências econômicas globais nas últimas décadas. Desde os anos 1980, as políticas fundamentalistas de liberalização de mercado (inicialmente adotadas por Margaret Thatcher, no Reino Unido, e, nos EUA, por Ronald Reagan) dominam a estratégia econômica mundial. Houve uma drástica redução no papel regulatório do estado. O livre comércio, a liberação do investimento, a desregulamentação, os orçamentos equilibrados, a baixa inflação e a privatização de empresas públicas foram divulgadas como sendo a receita sem falhas de prosperidade nacional. Para maximizar os lucros dos acionistas, as empresas mudaram as fábricas para países onde os custos são mais baratos. Neste “vale-tudo pela competitividade”, os fornecedores locais das grandes multinacionais reduziram a verba de construção das fábricas, os padrões de saúde e

segurança e, sobretudo, os salários para ganhar os contratos. Os países introduziram isenções fiscais para atrair empresas estrangeiras, reduzindo a verba obtida por meio de impostos e disponível para investir em saúde e educação. Os sindicatos foram criticados por tentar defender os salários e a segurança no emprego, quando as empresas locais, sem saber se precisariam de todos os funcionários no futuro, insistiram em contratar empregados com contratos de curto prazo e sob condições precárias.

Em paralelo, a agricultura passou pela mesma devastação. Desde a crise econômica dos anos 1980, os países do Hemisfério Sul enfrentaram grande pressão para abrir os mercados internos de alimentos para empresas estrangeiras. O processo ganhou ímpeto em 1995, quando um abrangente Acordo de Agricultura, fechado como parte das negociações comerciais mundiais da Rodada do Uruguai, entrou em vigor. O acordo fez com que países se comprometessem em abrir gradativamente os mercados agrícolas por meio de reduções tarifárias sobre importações de alimentos e a abolição de subsídios para as comunidades produtoras. Estas políticas foram reforçadas por vários acordos de livre comércio, sendo o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) um dos primeiros acordos entre os EUA, o Canadá e o México. Um dos acordos mais recentes, é o acordo de associação entre a União Europeia e a América Central, sendo que William Hague, Ministro das Relações Exteriores do Reino Unido, em 2010, pediu apoio para dar acesso às empresas britânicas aos mercados da região.⁷¹

O grande número de acordos promoveu um aumento no comércio mundial, com alimentos baratos, como arroz e milho norte-americano, sendo despejados nos mercados a preços muito baixos. Isso prejudicou milhões de pequenos e médios produtores agrícolas, cuja subsistência foi destruída. No México, por exemplo, o emprego na agricultura caiu de 8,1 milhões, no início dos anos 1990, para 6 milhões em 2006. O México, que era autossuficiente em alimentos, agora importa 40% dos alimentos consumidos no país. A destruição de muitas comunidades rurais contribuiu com a desintegração

71 Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido. Speech: Britain and Latin America: historic friends, future partners. 9 de novembro de 2010. <https://www.gov.uk/government/speeches/britain-and-latin-america-historic-friends-future-partners>

política e social do México nos últimos anos.

Em paralelo, desde os anos 1980, as grandes corporações invadiram o Hemisfério Sul com a promessa de erradicar a fome por meio da chamada “Revolução Verde” e convenceram os produtores locais a aceitar “pacotes” de sementes híbridas, crédito, fertilizantes e pesticidas. Na última década, as sementes geneticamente modificadas passaram a fazer da maioria destes pacotes. Os lucros de corporações subiram muito (principalmente dos fabricantes de pesticidas como Bayer, Syngenta, Monsanto e Dupont), enquanto os níveis de fome aumentaram em diversas regiões, com um aumento de 19% na América do Sul.⁷² Segundo a Agência da ONU para a Agricultura (FAO), cerca de 925 milhões de pessoas, uma em cada sete pessoas, sofre de fome crônica.⁷³

Além de ser um dos primeiros defensores das políticas radicais de livre mercado, o Reino Unido também foi um dos principais agentes do controle corporativo da agricultura mundial. O Ministério de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DfID, na sigla em inglês) que, por lei, deve usar a verba de auxílio internacional para ajudar a reduzir a pobreza mundial, vem promovendo projetos criados para beneficiar as corporações agrícolas mais ricas do mundo e ampliar o controle sobre o sistema global de alimentos, segundo um relatório recentemente publicado pela organização War on Want⁷⁴. Grande parte do suporte para agricultura é direcionado por meio de parcerias público-privadas, como a Aliança para uma Revolução Verde na África (AGRA, na sigla em inglês) e a Nova Visão para Agricultura, que claramente promovem uma modelo baseado no livre comércio, na tecnologia de propriedade da corporação e no maior controle do setor privado. De fato, como declara a War on Want, o “DfID está promovendo o fornecimento de produtos químicos e de sementes, vendidos pelas grandes

corporações, o que reforça o papel de subordinação dos pequenos produtores nas cadeias globais de fornecimento”⁷⁵. Essa ofensiva corporativa geralmente força milhares de famílias camponesas a deixarem suas terras e ficarem sem alternativa, tendo que buscar uma nova vida em outro lugar.

O Reino Unido é um dos principais destinos dos migrantes, sendo que eles formam grande parte da mão de obra do “segmento inferior” do mercado de trabalho. Estes trabalhadores são fundamentais para o funcionamento diário de Londres, em função da sua predominância no setor público e de serviços (limpeza, cuidadores e trabalho em hotéis) e literalmente mantém a cidade “em funcionamento”. Com restrições cada vez maiores na entrada no país, a imigração irregular ou ilegal aumenta.⁷⁶ Os canais irregulares colocam as mulheres em risco de assédio sexual durante a jornada da migração e dificultam a proteção dos direitos das mulheres nos destinos finais.

Em geral, os imigrantes possuem taxas de emprego menores do que os britânicos. Entretanto, há diferenças importantes entre o gênero sexual e a nacionalidade. Os homens imigrantes possuem taxas de emprego semelhantes, mas as mulheres imigrantes possuem taxas de emprego muito mais baixas.⁷⁷ As indústrias lucram com os migrantes irregulares, pois são uma mão de obra barata e flexível, lucram com a redução dos direitos, dos padrões de segurança ou dos benefícios da segurança social. É uma situação com a qual os governos estão extraoficialmente cientes e atuam em cumplicidade. Refletindo esta insegurança no mercado de trabalho, a migração se tornou mais temporária: 72% dos migrantes vêm ao país por um período inferior a cinco anos, sendo que a maioria dos imigrantes de longo prazo agora diz que quer permanecer no país apenas por mais um ou dois anos.⁷⁸

72 War on Want, 2011. Food Sovereignty – Reclaiming the Global Food System.

73 Consulte: <http://www.fao.org/news/story/en/item/117486/icode/>

74 War on Want, 2013. The Hunger Games – How DfID support for agribusiness is fuelling poverty in Africa.

75 Ibid. p. 2.

76 Anderson, B., Rogaly, B. 2005. Forced Labour and Migration to the UK, Compas e TUC: Londres. Disponível em: <http://www.compas.ox.ac.uk/fileadmin/files/Publications/Reports/Forced%20Labour%20TUC%20Report.pdf>

77 Cinzia, R., 2011. Outcomes and Characteristics of Migrants in the UK Labour Market. Oxford, Migration Observatory.

78 Saggat, Shamit, Somerville, W. 2012. Op. cit.

Esta visão geral das principais tendências macroeconômicas dos últimos dez anos serve de contexto para fundamentar a discussão sobre os problemas analisados neste relatório.

A pobreza, exacerbada por estes desenvolvimentos econômicos globais, motiva os trabalhadores, geralmente mulheres, a fazerem viagens perigosas para trabalhar por baixos salários em países desconhecidos.

Os que ficam para trás, geralmente, não têm opção além de aceitarem empregos ruins em fábricas de multinacionais que exportam para os países ricos e, por sua vez, subsidiam a melhoria dos padrões de vida nestes países. Ainda assim, muito além de serem reconhecidos pela importante contribuição com as economias dos países ricos, os trabalhadores imigrantes geralmente são considerados culpados pelos problemas econômicos dos países que recebem estas pessoas.

Posturas morais e legislação sobre trabalho sexual e tráfico: como elas colocam todas as profissionais do sexo em perigo

Nesta seção, examinamos a narrativa dominante sobre o tráfico e a exploração de mulheres no Reino Unido, nomeadamente o tráfico e a exploração sexual. Apesar do crescente reconhecimento da questão do tráfico de mão de obra, nos últimos anos, o trabalho na indústria do sexo continua a ser excluído da maioria das narrativas sobre esse tráfico. Por outro lado, apesar das campanhas de grande visibilidade realizadas por algumas ONGs, como a War on Want e a Anti-Slavery International, focadas na exploração do trabalho, a narrativa predominante na mídia e na retórica usada por políticos e autoridades governamentais, durante os Jogos Olímpicos de Londres 2012 e no período que antecedeu o evento, ainda foi focada no tráfico e na exploração sexual.

De acordo com o relatório Fit for Purpose,⁷⁹ (Adequado ao Propósito, em tradução livre) do Institute for Public Policy Research (Instituto de Pesquisa de Políticas Públicas, em tradução livre, IPPR, na sigla em inglês), o IPPR, assim como o documento informativo de 2010 publicado pelo projeto x:talk,⁸⁰ o tráfico no Reino Unido tende a ser interpretado de acordo com duas narrativas dominantes: um discurso contra a imigração e um discurso contra a prostituição ou “abolicionista”.⁸¹ Por exemplo, o relatório do IPPR observa que há uma tendência de discutir o tráfico em relação à migração internacional ainda que, de acordo com a definição legal de tráfico, ele não necessariamente envolva o cruzamento de fronteiras internacionais. De fato, como o projeto x:talk ressalta em seu documento informativo,⁸² o tráfico vem sendo debatido, desde o ano 2000, em um contexto caracterizado por controles de imigração cada vez mais intensos e rigorosos, que vêm tornando-se mais e mais burocráticos e difíceis de negociar, sendo que agora resultaram em mais de meio milhão de imigrantes ilegais no Reino Unido.⁸³

O tráfico também já foi interpretado de acordo com uma perspectiva contra a prostituição ou

79 Charti, M., Pennington J., Galos, E., 2012. The UK's Response to Human Trafficking Fit For Purpose? Documento informativo, Londres, IPPR.

80 x:talk, 2010. Human Rights, Sex Work and the Challenge of Trafficking: Human rights impact assessment of anti-trafficking policy in the UK.

81 Esse termo se refere a quem defende a abolição da prostituição, uma posição mantida por muitas feministas, entre outros.

82 Consulte: <http://www.xtalkproject.net/>

83 Mai, N., 2011. In Whose Name? Migration and Trafficking in the UK Sex Industry: delivering social interventions between myths and reality, Wills J. et al. 2010. Global Cities at Work: New Migrant Divisions of Labour, Londres, Pluto Press.

abolicionista. Como Cusick e outros salientam⁸⁴, isso deve-se ao contexto no qual o Reino Unido começou as negociações sobre o tráfico no início da década passada, ou seja, um contexto caracterizado por um lobby abolicionista feminista no último governo. Isso é evidenciado pela lista de consultas e análises do governo que foram informadas por um lobby abolicionista forte, e que se concentraram nas mulheres, sem menção aos homens e pessoas transexuais. (Consulte os documentos: *Setting the Boundaries*⁸⁵ [Estabelecendo as Fronteiras, em tradução livre] e *Stopping Traffic*⁸⁶ [Detendo o Tráfico, em tradução livre]).

Essa narrativa, como o projeto x:talk esclarece, diverge da questão imediata: o trabalho sexual é criminalizado no Reino Unido (o ato de vender sexo é legal, mas a maioria das atividades relacionadas é criminalizada). As mulheres têm liberdade para optar pelo trabalho sexual e muitas migraram para o Reino Unido, de fora da Europa, para trabalhar na indústria do sexo. Isso não significa que essas mulheres não encontrem exploração no local de trabalho, mas não é o mesmo que dizer que todas as mulheres que vendem sexo e que migraram para o país foram traficadas e exploradas sexualmente. Como o projeto x:talk declara em seu documento informativo:

As más condições de trabalho não necessariamente implicam formas de “escravidão” e este relatório sustenta que as profissionais do sexo conseguem se organizar, individual ou coletivamente, para mudar os termos de trabalho, apesar da dificuldade em função da criminalização do trabalho e da natureza não regulada da indústria.⁸⁷

O projeto x:talk não é uma voz solitária. Desde o início da década passada, houve um acúmulo de provas empíricas para questionar e criticar a interpretação do

governo sobre a legislação de tráfico. Acadêmicos, organizações da sociedade civil, profissionais do setor saúde e dos serviços de apoio, assim como jornalistas investigativos, contribuíram com os trabalhos de pesquisa e análise crítica que minou a abordagem do governo sobre essa questão. A análise racional para tal interpretação do tráfico vem sendo questionada em todos os níveis e muitos agentes salientaram o imperativo de direitos humanos para legalizar a indústria do sexo, para regulá-la e para lidar com o trabalho sexual como uma questão de trabalho, e não de exploração sexual na política contra o tráfico.⁸⁸

Apesar disso, parece que a trajetória em direção à criminalização e à estigmatização da indústria do sexo continua prevalecente. A lei britânica *Policing and Crime Act 2009* (Ato de Polícia e Crime 2009, em tradução livre), por exemplo, foi debatida dentro do contexto do combate à demanda por pessoas traficadas para a exploração sexual e para as profissionais do sexo do próprio país. A seção 14 da lei criminaliza clientes de profissionais do sexo que foram submetidas à força, ameaçadas ou iludidas. Embora fora apresentada como uma lei para “proteger” as mulheres, na prática, como o projeto x:talk ressalta, essa lei forçou profissionais do sexo migrantes a uma clandestinidade cada vez maior, trabalhando em ambientes que são menos seguros. Ela também fez com que clientes que poderiam ter ajudado pessoas traficadas, seja reticentes em fazê-lo por medo de enfrentar processos judiciais. Provas racionais coletadas por serviços comunitários, como o *Open Doors*, sugerem que a introdução da lei criou um autopolicamento em algumas seções da indústria. Recepcionistas (que atuam na recepção de estabelecimentos de trabalho sexual e como porteiras em apartamentos usados por profissionais do sexo) e agentes exigem que profissionais do sexo mostrem

84 Cusick L, Kinnell H, Brooks-Gordon B, Campbell R, 2009. Wild guesses and conflated meanings? Estimating the size of the sex worker population in Britain. *Critical Social Policy* 29 (4): 703 – 719.

85 Câmara dos Comuns, Comitê de Assuntos Internos, 2003. *Sexual Offence Bill. Fifth Report of Session 2002-03*. Disponível em: <http://www.publications.parliament.uk/pa/cm200203/cmselect/cmhaff/639/639.pdf>

86 Kelly, L., Regan, L. 2010. *Stopping Traffic: Exploring the extent of and response to, trafficking in women for sexual exploitation in the UK*. Policy Research Series, Artigo 125, Londres, Ministério do Interior do Reino Unido. Disponível em: <http://andrea-network.pbworks.com/f/trafficking.pdf>

87 x:talk. Op. cit. Outubro de 2010, p. 29.

88 Consulte: Augustin, L., 2005. *Sex at the Margins: Migration, Labour Markets and the Rescue Industry*. Zed Books, Londres, Munro, V., 2008. *Exploring Exploitation: Trafficking in Sex, Work and Sex Work*, Munro, V., Della Guista M. (eds) *Demanding Sex: Critical Reflections on the Regulation of Prostitution*. Ashgate, Aldershot.

documentos de imigração para trabalhar, pois temem ser processados por crimes de tráfico, caso haja uma batida policial em seu local de trabalho.

A Estratégia para o Tráfico Humano do governo britânico se refere à seção 21 da lei britânica Brothel Closure Orders (Ordens de Fechamento de Bordéis, em tradução livre) como parte de sua tentativa de “parar” o tráfico, mas, na prática, as ordens de fechamento podem ser emitidas para estabelecimentos usados para crimes de prostituição ou para pornografia, que estão necessariamente envolvidos com tráfico. Isso significa que a seção 21 pode ser aplicada em propriedades apenas pela presença de uma recepcionista, sob o crime de controlling for gain (controle para o ganho, em tradução livre).

Foi dentro desse contexto de uma estrutura de trabalho cada vez mais abolicionista e contra a imigração que o projeto x:talk concebeu a campanha Stop the Arrests⁸⁹ (Pare as Prisões, em tradução livre). A campanha foi uma oportunidade de chamar a atenção à forma como a narrativa sobre o tráfico era usada, antes e durante os Jogos Olímpicos de Londres 2012, com o objetivo de “limpar” Londres. Como parte da campanha, o projeto x:talk desmascarou o mito de que grandes eventos esportivos causam um aumento no tráfico e argumentou contra o uso de leis antitráfico para limitar e atrapalhar os negócios relacionados ao sexo, em Londres, durante os Jogos Olímpicos.⁹⁰

O projeto x:talk também tentou alterar concretamente as práticas de policiamento, ainda que por um período limitado. A questão foi apresentada para várias organizações, pedindo apoio de indivíduos para assinar uma carta aberta pedindo que o prefeito de Londres suspendesse a prisão de profissionais do sexo durante os Jogos Olímpicos. A reação que isso gerou ajuda a entender até que ponto a narrativa abolicionista convencional, ao focar no tráfico e na indústria do sexo, se recusa a levar em conta as visões dos que trabalham com profissionais do sexo e que entendem o impacto das políticas e do policiamento nos direitos

humanos das mulheres, sejam elas migrantes ou não.

O prefeito respondeu à campanha enfatizando que suspender prisões por qualquer tipo de crime estava fora de questão. Além disso, o projeto x:talk ouviu que “um protocolo para uma abordagem à prostituição de rua em Londres, antes e durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres 2012, foi proposto e discutido durante o London Violence against Women and Girls Panel (Painel sobre Violência contra Mulheres e Meninas em Londres, em tradução livre)”⁹¹. O protocolo foi descrito como a garantia de que profissionais do sexo de rua não seriam presas, a menos que houvesse “uma ameaça à segurança geral, à sua segurança pessoal ou se estivessem causando uma perturbação que constituísse uma violação da paz”, e que a ênfase seria “nos indivíduos que criam a demanda”⁹².

A resposta do prefeito não fez referência ao policiamento do trabalho sexual fora das ruas, indicando que nenhum protocolo foi estabelecido durante os Jogos Olímpicos. Entretanto, minutas do London Violence against Women and Girls Panel indicam que um protocolo foi criado em parceria com a Polícia Metropolitana de Londres e as organizações Women at Well e Safe Exit, sendo lançado em 13 de julho de 2012. O projeto x:talk solicitou uma cópia do protocolo em diversas ocasiões, mas nunca a recebeu.

Tal atitude da Prefeitura de Londres, da Polícia Metropolitana de Londres e dos envolvidos no London Violence against Women and Girls Panel mostra uma total falta de preocupação em ter negociações transparentes, com o envolvimento de profissionais do sexo e dos projetos ligados ao trabalho sexual. De fato, esse ponto de vista é identificado como um dos principais problemas que dificultam o desenvolvimento de uma abordagem baseada nos direitos humanos para as políticas antitráfico e para a indústria do sexo no Reino Unido. Uma perspectiva abolicionista forte informa a legislação sobre o tráfico e o trabalho sexual, sendo que muitas das atuais políticas antitráfico têm como objetivo criminalizar as mulheres que trabalham

89 Consulte: <http://www.moratorium2012.org/>

90 Ibid.

91 Relatório de avaliação do x:talk para CAWN, 2013 (não publicado).

92 Ibid.

na indústria do sexo e reduzir o tráfico. Nesse contexto, a reação da Prefeitura de Londres não foi inesperada, mas, mesmo assim, o projeto x:talk ficou decepcionado com o resultado, assim como os profissionais de outros projetos de representação e saúde que atuam com o trabalho sexual.

Em termos da capacidade de suspender a execução das batidas policiais em locais de trabalho e as prisões de profissionais do sexo e de clientes, o projeto x:talk declara que sua campanha começou tarde demais (ou a campanha de policiamento e batidas nos locais de trabalho começou cedo demais) para que conseguissem contestar a ação policial. Isso teve um efeito prejudicial à saúde e à segurança de muitas profissionais do sexo, já que as mulheres foram forçadas a mudar de local de trabalho com mais frequência, a trabalhar sem ter uma recepcionista no local, a oferecer seus serviços pela internet e, por isso, tiveram que trabalhar sozinhas mais frequência ou nas ruas. Em função destas repercussões, as mulheres foram separadas dos locais habituais e das redes de colegas das quais dependem como uma fonte de informação e rede de segurança. Por fim, isso dificultou que serviços de apoio, como os projetos x:talk, Open Doors e LAWRS, contatassem e fornecessem serviços para as profissionais na indústria do sexo.

Mesmo assim, a campanha teve um enorme sucesso para aumentar a conscientização sobre o debate na mídia, sendo que alguns jornais tradicionais também prestaram atenção à questão, ajudando a corrigir várias reportagens mais sensacionalistas que circularam na imprensa, principalmente nos tabloides. O diário britânico Independent, por exemplo, reportou de forma não sensacionalista sobre o impacto dessa ação policial mais dura:

Após dezenas de batidas policiais em apartamentos usados por profissionais do sexo, nos últimos 18 meses, a polícia focou em mulheres vulneráveis trabalhando nas ruas das áreas mais pobres da zona olímpica, que têm menos probabilidade de se beneficiarem de qualquer prosperidade trazida

pelos Jogos Olímpicos, de acordo com relatos de grupos que atuam com estas mulheres.

Condições rigorosas de soltura e ameaças de advertências de comportamento antissocial fizeram com que várias mulheres fossem para a clandestinidade, forçando-as a ficar longe de áreas que conhecem bem e atrapalhando o contato com profissionais de apoio que monitoram sua saúde.⁹³

A ação, prosseguiu o Independent, não foi justificada por um aumento da prostituição por causa dos Jogos Olímpicos:

A polícia confirmou ontem que seu trabalho de monitoramento não identificou nenhum aumento no tráfico nos cinco bairros olímpicos, Tower Hamlets, Newham, Greenwich, Waltham Forest e Hackney.⁹⁴

O artigo também incluiu uma declaração de Andrew Boff, membro da Conservative London Assembly (Assembleia de Londres do Partido Conservador, em tradução livre). A história também foi reportada pelo diário britânico Guardian, mencionando que uma “celebridade” (Brooke Magnanti, mais conhecida como Belle de Jour) escreveu uma carta, assinada por vários membros do Parlamento Britânico, protestando contra as táticas da polícia. O artigo citou Boff e organizações como a Open Doors, que haviam expressado preocupação com as táticas da polícia:

Georgina Perry, diretora da Open Doors, um projeto de saúde para profissionais do sexo no bairro londrino de Hackney, e outra signatária da carta, disseram que, durante o trabalho comunitário realizado em uma sauna e em um apartamento usados por profissionais do sexo, ficou convencida de que havia uma maior pressão da polícia. Perry disse que a Polícia Metropolitana de Londres arriscou repetir os mesmos erros de outras polícias de outros países. “Todo grande evento esportivo vê a mesma reação da polícia, que coloca as mulheres em risco. Mas não há uma base de provas empíricas para sustentar essas ações.”⁹⁵

93 Peachey, P. How the Olympic clean-up put sex workers in danger. The Independent, 12 de maio de 2012. <http://www.independent.co.uk/sport/olympics/how-the-olympic-cleanup-put-sex-workers-in-danger-7737986.html>

94 Ibid.

95 Doward, J. Olympic crackdown on sex trade condemned by Stop the Arrests. The Guardian, 9 de junho de 2012. <http://www.guardian.co.uk/society/2012/jun/09/olympics-crackdown-on-sex-trade>

O artigo termina com uma declaração de uma porta-voz da campanha, que expressa a esperança de vários grupos diferentes, que solicita uma mudança radical na narrativa sobre o tráfico e a exploração sexual:

Nós esperamos que a campanha crie um espaço entre os formuladores de políticas, a polícia e o público em geral para ter uma discussão sensata e baseada em provas empíricas sobre a questão do policiamento e do trabalho sexual.

Apesar da campanha provavelmente ter feito pouca diferença no policiamento da indústria do sexo, no período de preparação para os Jogos Olímpicos de Londres 2012, conforme admissão do próprio projeto x:talk, ela contribuiu significativamente com a visibilidade dessa contra-narrativa sobre a indústria do sexo⁹⁶. Isso teve resultados contraditórios. Por um lado, um número cada vez maior de vozes agora defende uma abordagem mais baseada nos direitos humanos para a indústria do sexo, em relação ao tráfico e em geral. Há um grande número de pesquisas que mostra como a crescente criminalização da indústria do sexo foi prejudicial aos direitos humanos de todas as profissionais do sexo e, além disso, que o número de mulheres traficadas para a indústria do sexo não está nem próximo de ser tão alto como alegam as retóricas da imprensa e do governo.⁹⁷

A abordagem oficial a essa questão continua, entretanto, significativamente inalterada. Apesar do reconhecimento por parte do governo de outras esferas de trabalho “forçado” relacionado ao tráfico, a indústria do sexo ainda é circunscrita como uma esfera separada e há uma falta de transparência por parte da maioria dos órgãos ou das redes institucionais em relação a essa questão. Um exemplo é a iniciativa chamada Human Trafficking and London 2012 Network (Rede de Tráfico Humano e Londres 2012, em tradução livre, a partir daqui citada como Network), composta de 60 organizações e agências governamentais e não-governamentais, todas trabalhando em diferentes

aspectos relacionados ao tráfico, e que foi formada para avaliar os riscos de tráfico associados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres 2012. A Network, que operou entre março de 2010 e outubro de 2012, sob a égide da Secretaria para Policiamento e Crime da Prefeitura de Londres, foi coordenada por um grupo diretor composto de organizações governamentais e não-governamentais.

Esse grupo diretor foi dividido em dois subgrupos: um deles, presidido pelo Poppy Project, foi responsável pelo tráfico e pela exploração sexual, e outro, presidido pela Anti-Slavery Internacional, foi responsável pelo trabalho forçado. É importante chamar a atenção ao fato de que o Poppy Project, parte do Eaves for Women,⁹⁸ foi financiado pelo governo, entre 2003 e 2011, para dar apoio às organizações que atuam com vítimas de exploração sexual e, obviamente, emprega uma abordagem abolicionista. Documentos de consulta publicados pelo Poppy Project, entre 2003 e 2011, geraram sérias preocupações entre a comunidade acadêmica por causa dos pressupostos, da metodologia, da falta de protocolos éticos e procedimentos seguidos.⁹⁹ Os pressupostos incluem visões de que a prostituição é uma forma de violência contra as mulheres, de que a maioria das profissionais do sexo foi vítima de abusos físicos e sexuais, e de que a maioria é dependente de drogas,¹⁰⁰ apesar de haver muitas provas empíricas que refutam tais alegações. Nenhuma profissional do sexo fez parte do projeto e, por isso, ele não aceita narrativas que proponham a legalização da indústria do sexo ou que apresentem uma abordagem mais baseada em provas empíricas ao debate. Parece que, apesar de vezes cada vez mais visíveis defendendo a inclusão de profissionais do sexo nos debates sobre legalização, policiamento e concepção de políticas antitráfico, as narrativas do governo sobre o trabalho sexual continuam seguindo a trajetória abolicionista e de criminalização usadas dez anos atrás.

96 Consulte: <http://www.moratorium2012.org/more-information/> para uma lista completa de todos os artigos da imprensa que mencionam a campanha.

97 Doward, Jamie, Op. cit.

98 Consulte: <http://www.eavesforwomen.org.uk/>

99 UK Network of Sex Work Project, 2008. An academic response to the 'Big Brothel'. <http://www.uknswp.org/wp-content/uploads/AcademicResponseBigBrothelFinSept2008.pdf>

100 Bindel J., Atkins H. 2008. Big Brothel: A Survey of the off street Sex Industry in London. http://nordicbaltic-assistwomen.net/IMG/pdf/Poppy_Project_report_September08_INSIDE_BIG_BROTHELS.pdf

Não é apenas o trabalho sexual, porém outras formas de tráfico e exploração do trabalho

Foi apenas em anos mais recentes que o Ministério do Interior do Reino Unido começou a se preocupar mais com a exploração e o tráfico em outros setores além da indústria do sexo.¹⁰¹ Entretanto, assim como no caso do tráfico e da exploração sexual, dados mostram uma incidência pequena de pessoas que foram traficadas em outros setores. Um estudo de 2006 conduzido pela Anti-Slavery International, junto com Anderson e Rogaly, do Centre on Migration Policy and the Society (Centro de Política de Migração e Sociedade, em tradução livre) da Universidade de Oxford, documentou 27 casos de tráfico para trabalho forçado, em 2005, e 46 casos, em 2006.¹⁰² Em 2008, a Operation Tolerance (Operação Tolerância, em tradução livre), um projeto piloto que investigou o tráfico para trabalho forçado, entre maio e dezembro daquele ano, reportou 35 mulheres e um homem

identificados pelo Poppy Project, e outras 14 mulheres identificadas pelo Kalayaan, a maioria traficada para a servidão doméstica.¹⁰³

De acordo com um relatório da Câmara dos Comuns, do Parlamento Britânico, do Reino Unido¹⁰⁴, entre 100.000 e 800.000 pessoas são traficadas para a União Europeia todos os anos, e uma estimativa conservadora para as vítimas de tráfico no Reino Unido é de 5.000 pessoas. Segundo essa fonte, 4.000 dessas pessoas foram traficadas para a indústria do sexo, o que sugere que as outras 1.000 foram traficadas para outros setores.¹⁰⁵ Talvez, em função desse maior reconhecimento nos últimos anos do tráfico de mão de obra para outros setores além da indústria do sexo, todas as partes interessadas reconheceram que, pela primeira vez em relação a um grande evento esportivo, como ressalta a Anti-Slavery International, uma ênfase significativa foi colocada no combate ao tráfico para o trabalho forçado durante os Jogos Olímpicos de Londres 2012. Como o projeto x:talk afirma, há esperança de que isso “possa significar uma abordagem mais holística, reunindo todas as formas de tráfico”.¹⁰⁶ Mas o progresso

101 Ministério do Interior do Reino Unido, 2007. UK Action Plan on Tackling Human Trafficking. 2007: p. 9.

102 Anderson, B., Rogaly, B. 2005. Forced labour and migration to the UK. Londres, Trades Union Congress

103 Charti, M., Pennington J., Galos, E., 2012. Op. cit.

104 Câmara dos Comuns, Parlamento Britânico, Comitê de Assuntos Internos, 2008-9. The Trade in Human Beings: Human Trafficking in the UK.

105 Ministério do Interior do Reino Unido. 2009. The Trade in Human Beings: Human Trafficking in the UK, resposta do governo ao sexto relatório da Sessão do Comitê Seletor de Assuntos Internos 2008-9 HC 23.

106 x:talk 2011, Apresentação no ESRC Festival of Social Sciences, Migrants in the Sex Industry. <http://www.xtalkproject.net/wp-content/uploads/2011/12/Briefing-paper-ESRC-Presentation.pdf>

é lento. No momento, assim como durante os Jogos Olímpicos de Londres 2012, as políticas antitráfico, a retórica do governo e as narrativas convencionais ainda distinguem entre o trabalho sexual e outras formas de trabalho, particularmente em relação à forma como são policiados, abordados e legislados.

Além disso, a intervenção eficaz na questão do trabalho forçado, em qualquer setor, continua a ser prejudicada pela definição restrita de tráfico, o que significa que as condições exploratórias muito difundidas, vividas por muitas mulheres, tanto dentro quanto fora do Reino Unido, tendem a ser excluídas da discussão. De fato, o trabalho forçado não está sempre relacionado ao tráfico, mas representa uma série de práticas de emprego exploratórias, desde o aliciamento, que faz parte do perfil do tráfico, até práticas negativas de trabalho do outro lado do espectro. De acordo com um estudo sobre o trabalho forçado na Irlanda do Norte, realizado pelo Institute for Conflict Research (Instituto para Pesquisa de Conflitos, em tradução livre), dentro do Reino Unido, são os trabalhadores migrantes que estão sob maior risco de sofrer com práticas exploratórias, não necessariamente por causa da nacionalidade, mas por não falarem a língua inglesa, pelo acesso limitado às redes sociais e pela falta de conhecimento local.¹⁰⁷

O trabalho da Kalayaan é importante para relatar os maus-tratos a trabalhadores domésticos. A organização descobriu, por exemplo, que, entre janeiro de 2008 e dezembro de 2010, metade dos trabalhadores domésticos migrantes registrados na organização foi submetida a abusos psicológicos por parte dos empregadores, sendo que 20% dos trabalhadores foram submetidos a abusos físicos.¹⁰⁸ Entretanto, nem todos esses trabalhadores foram traficados, o que sugere que o foco no tráfico pode estar desviando a atenção de outros tipos de abusos aos direitos humanos.

A Anti-Slavery International e o Institute for Human Rights and Business (Instituto para os Direitos Humanos

e Negócios, em tradução livre) coordenaram uma iniciativa específica para os Jogos Olímpicos de Londres 2012, intitulada The Staff Wanted Initiative (A Iniciativa Precisamos de Pessoal, em tradução livre).¹⁰⁹ Esse projeto foi concebido por causa de fortes provas racionais indicando o uso trabalho forçado em setores insuficientemente regulados das áreas de: construção, trabalho doméstico, limpeza, alimentação e hotelaria. A polícia elogiou essa iniciativa, particularmente por identificar o risco, mas também como um modelo útil de engajamento construtivo com as empresas. Ela ajudou as empresas a identificar quem está controlando a mão de obra barata, como ela entra no sistema e o pagamento dos trabalhadores.

Tal iniciativa foi possivelmente uma medida de correção útil a práticas potencialmente exploratórias em certos setores do trabalho. O foco foram os direitos dos trabalhadores, e não contra a imigração, o tráfico ou a abolição de qualquer setor trabalhista específico. Ela é um exemplo de uma prática positiva que possa, no futuro, integrar outros setores trabalhistas, principalmente a indústria do sexo, para regulamentar as normas e práticas.

Além da exploração que ocorre no Reino Unido, é importante chamar a atenção para a terceirização do trabalho, que não necessariamente envolve o tráfico, mas que coloca as mulheres em condições de trabalho frequentemente exploratórias. Como Beate Andrees, chefe do Programa Especial de Ação para o Combate ao Trabalho Forçado da Organização Mundial do Trabalho (OIT), declarou no diário britânico Guardian, em 3 de abril de 2013:

Grande parte da atenção foi concentrada no tráfico de pessoas, nos últimos anos, sem abordar as dimensões mais amplas da exploração e do aliciamento de pessoas no trabalho, assim como a raiz do problema. Isso levou a uma abordagem fragmentada, onde um conjunto de medidas é privilegiado em relação a outro. Há um amplo consenso entre os especialistas de que as medidas

107 Institute for Conflict Research, 2011. Forced labour in Northern Ireland. South Tyrone Empowerment Programme. Disponível em: www.jrf.org.uk

108 Kalayaan, 2011. Policies that work to protect migrant domestic workers. Londres. Disponível em: <http://www.kalayaan.org.uk/documents/ANNUAL%20REPORT%2010-11.pdf>

109 Consulte: <http://www.staff-wanted.org/>

preventivas deveriam receber uma maior atenção, mas há menos entendimento sobre o que essas medidas devem envolver.

Tais questões ganharam atenção durante os Jogos Olímpicos de Londres 2012, especificamente através do projeto PlayFair 2012, uma campanha internacional que começou na preparação para os Jogos Olímpicos de Atenas 2004 e que continuou nos Jogos Olímpicos de Pequim 2008. A campanha PlayFair 2012, no Reino Unido, foi coordenada pelas organizações Trade Unions Congress e Labour Behind the Label, sendo apoiada por um grande número de sindicatos e ONGs, inclusive Anti-Slavery International, War on Want e People & Planet. A PlayFair foi altamente influente no engajamento com o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Londres 2012, em relação à questão do trabalho forçado e dos riscos da exploração trabalhista relacionada aos jogos, particularmente no que diz respeito ao estabelecimento de supervisão das cadeias de fornecimento.

Além da PlayFair, essas questões também foram defendidas pela Human Trafficking and London 2012 Network. Apesar da Network ter sido criada para avaliar os riscos de tráfico associados aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres 2012, suas campanhas se concentraram nas questões mais amplas do trabalho forçado e dos direitos humanos, em vez de focarem na definição mais restrita de tráfico. Como a Anti-Slavery International ressalta, tal análise é de enorme importância porque as cadeias de fornecimento incorporam “países pobres e antidemocráticos do mundo, onde a corrupção é alta, o Estado de Direito é falho e, por isso, abusos trabalhistas são frequentes”.¹¹⁰

A War on Want foi a organização da sociedade civil que fez o esforço de maior visibilidade para debater a questão da exploração trabalhista, no âmbito político, durante os Jogos Olímpicos.

A campanha da organização War on Want

O foco da campanha da War on Want foi a exploração

da mão de obra predominantemente feminina, nas principais fabricantes multinacionais de produtos esportivos, como Adidas, Nike e Puma. Os Jogos Olímpicos proporcionaram uma ótima oportunidade para que essas grandes corporações não apenas aumentassem a venda de produtos, mas também impulsionassem o reconhecimento público destas marcas internacionais. A multinacional que mais investiu nos Jogos Olímpicos de Londres 2012 foi a empresa alemã Adidas, cujo logotipo estava em toda parte, como reportou um artigo do diário britânico Independent:

O diretor-executivo da Adidas, Herbert Hainer, explica: “Cerca de 3.000 atletas de todos os esportes usarão nossos sapatos ou nossas roupas, em todos os esportes, menos o hipismo. A Adidas têm atletas campeões que usam nossos sapatos, desde que Adi Dassler, (fundador da empresa), criou o primeiro tênis de corrida. Ele levou o primeiro par da Alemanha para Amsterdã em 1928 para que Lina Radke o usasse. Ela ganhou o ouro nos 800 metros.”

A Adidas vem vestindo atletas nos Jogos Olímpicos desde então, sendo uma das principais patrocinadoras dos Jogos Olímpicos de Londres. Hainer diz que a empresa já gastou £100 milhões em patrocínio, marketing e publicidade desde que os Jogos foram anunciados, pela primeira vez, em 2007. Isso parece pouco, pois a Adidas está em toda parte.¹¹¹

O que Hainer não estava tão disposto a discutir eram os salários pagos aos funcionários que produzem estes artigos esportivos, em sua maioria, mulheres. Em parte, em função da campanha da War on Want, essa foi uma questão que o diretor-executivo teve que ouvir várias vezes em entrevistas com jornalistas, como aconteceu nesta reportagem:

Algumas pessoas dizem que a Adidas não paga o suficiente para que seus trabalhadores no exterior alimentem as famílias. Os ativistas da organização

110 Relatório de avaliação da Anti-Slavery International para CAWN 2013 (não publicado)

111 Pagano, M. £100m in sponsorship – and the Olympics have Adidas written all over them, Independent, 25 de julho de 2012: <http://www.independent.co.uk/news/business/analysis-and-features/100m-in-sponsorship--and-the-olympics-have-adidas-written-all-over-them-7973367.html>

War on Want vêm colocando etiquetas de 34 centavos – o valor mínimo pago por hora para trabalhadores na Indonésia – em produtos da Adidas nas lojas da marca e protestando do lado de fora do centro comercial Stratford Park contra os valores baixos supostamente pagos a trabalhadores que produzem mercadorias para os Jogos Olímpicos em fábricas precárias.¹¹²

Hainer nega as acusações: “Isso é completamente falso. É uma mentira. Nós pagamos o dobro dos valores locais para nossos trabalhadores. E temos linhas de montagem e de produção em vários países ao redor do mundo, onde trabalhamos com organizações não-governamentais para respeitar os valores e as condições locais.”¹¹³

O fato da War on Want ter ajudado a estabelecer o tom das entrevistas com os diretores da Adidas foi, por si só, uma indicação da eficácia da campanha. A War on Want estava fazendo campanha para melhorar os direitos de todos os trabalhadores da indústria têxtil nas cadeias de fornecimento, mulheres e homens, mas a organização ressaltou várias vezes que as mulheres compõem a vasta maioria dos trabalhadores nesse setor. Em Bangladesh, por exemplo, as mulheres representam 85% dos 3 milhões de trabalhadores da indústria têxtil. Além disso, a War on Want ressaltou que existem os fardos adicionais enfrentados pelas mulheres, ligados a normas culturais profundamente enraizadas em muitos países produtores de artigos têxteis, que exigem que as mulheres assumam a responsabilidade pela maior parte do trabalho doméstico, além de sustentarem suas famílias.

A War on Want usou uma série de ferramentas para transmitir esta mensagem. Uma delas, provavelmente a ferramenta de campanha mais eficaz usada pelas organizações da sociedade civil avaliadas neste relatório, foi um vídeo de curta-metragem em que uma mulher inglesa, chamada Jeanette, descrevia suas

condições de trabalho terríveis e o abuso que sofria nas mãos dos empregadores. No vídeo, ela descreve como o chefe dá tapas na cara dela. Ela conta como mal consegue alimentar os filhos com seu salário, apesar de trabalhar longas horas, e fala de uma ocasião em que ficou três meses sem receber. Apesar desses maus-tratos, ela tem medo de perder o emprego, caso reclame. Esse é um testemunho chocante para uma audiência britânica, que imagina que Jeanette esteja falando sobre sua vida em uma fábrica no Reino Unido. Mas, no fim do vídeo, Jeanette revela que está descrevendo a vida de Anisha, que trabalha em uma fábrica precária da Adidas em um país de baixa renda. O vídeo termina com a mensagem: “A exploração não é aceitável aqui. Não é aceitável em nenhum lugar”. É uma mensagem poderosa, transmitida de forma poderosa. O vídeo torna as questões mais complexas do comércio global e dos direitos das trabalhadoras mulheres tangíveis e relevantes, e foi assistido 18.500 vezes durante a campanha.

A campanha também usou ações tradicionais ao pedir que os simpatizantes enviassem e-mails ou cartões ao diretor-executivo da Adidas, Herbert Hainer. O resultado foi que 2.244 pessoas mandaram e-mails e 875 pessoas enviaram cartões. A War on Want também realizou manifestações na frente de lojas da Adidas,¹¹⁴ que foram transmitidas pela BBC,¹¹⁵ e convenceu uma celebridade britânica, o fundador do Festival de Glastonbury, Michael Eavis, a não só fazer uma doação considerável, como a apoiar publicamente a campanha. Eavis disse à BBC: “O único suor que queremos ver nos Jogos Olímpicos de Londres 2012 deve vir dos atletas”. Ele acrescentou: “O abuso de trabalhadores que ‘suam’ em fábricas precárias vai totalmente contra o ideal de justiça dos Jogos Olímpicos e nenhuma empresa culpada de abusos como esses deveria fazer parte dos Jogos”.¹¹⁶

A campanha desenvolveu novas formas para que os simpatizantes se engajassem com as questões, além

112 Ibid.

113 Ibid.

114 War on Want, New Olympic protest targets Adidas, 4 de agosto de 2012. <http://www.waronwant.org/news/press-releases/17618-new-olympic-protest-targets-adidas>

115 BBC, London 2012: War on Want criticises Adidas ‘sweatshops’, 7 de junho de 2012. <http://www.bbc.co.uk/news/uk-18348247>

116 BBC, Glastonbury’s Michael Eavis backs ‘sweatfree’ Olympics, 27 de julho de 2011. <http://www.bbc.co.uk/news/uk-england-somerset-14317045>

das formas testadas e comprovadas. Uma delas foi pedir para que os simpatizantes fossem às lojas e colassem etiquetas nos produtos da Adidas, como mencionamos na reportagem do diário britânico Independent. Essas etiquetas foram criadas para se parecerem com as etiquetas da marca, mas, em vez do preço, traziam informações sobre as condições de trabalho das pessoas que produzem as mercadorias e explicavam as ações que os consumidores poderiam tomar para acabar com estas explorações. A ação não era tecnicamente ilegal, mas tinha um elemento de subversão e risco. A participação na ação de etiquetagem exigia tempo e esforço, reforçando o senso de comprometimento pessoal com a campanha. A War on Want relata que a campanha foi um grande sucesso e ultrapassou as expectativas, com 15.000 etiquetas distribuídas a simpatizantes de todo o país e coladas nos produtos da Adidas no Reino Unido, de norte a sul. A campanha de etiquetagem foi coberta pelos diários britânicos Metro¹¹⁷ e Telegraph¹¹⁸. Outra tática foi projetar uma imagem de 20 metros de altura em um edifício com vista para o Parque Olímpico, no momento em que uma multidão de 80 mil pessoas deixava o estádio, após a final dos 100 metros masculinos. A imagem, que trazia as três faixas do logotipo da Adidas, continha o slogan: “Exploração, não é aceitável em lugar nenhum”¹¹⁹. A ação foi um exemplo do que os publicitários chamam de “tática de guerrilha”, já que criou uma emboscada para o público, dando um outro significado a um slogan popular.

A War on Want trabalhou com um cineasta e com a empresa de marketing Media Gang para criar a projeção. “Nosso objetivo era criar uma imagem que fosse compartilhada nas redes sociais, algo que definitivamente conseguimos”, disse o ativista veterano de justiça econômica da War on Want, Murray Worthy. “Nós queríamos aumentar a conscientização

e pressionar a Adidas. O custo final do projeto ficou não foi alto e estamos felizes com isso por causa do impacto que teve”. As primeiras mensagens postadas no Twitter sobre a projeção foram reproduzidas mais de 500 vezes e uma fotografia postada no mesmo site, no dia seguinte, foi vista mais de 6.000 vezes. Um vídeo colocado no YouTube foi visto cerca de 8.000 vezes e duas mensagens no site Facebook sobre a projeção foram vistas mais de 32.000 vezes e compartilhadas mais de 500 vezes.¹²⁰

Como foi previamente observado, a War on Want participou da campanha PlayFair 2012, no Reino Unido, que tinha como principal objetivo forçar os Jogos Olímpicos de Londres 2012 a cumprir as promessas feitas antes dos jogos, dentre elas:

- Fornecer informações sobre direitos trabalhistas e leis nacionais para trabalhadores na cadeia de fornecimento;
- Dar treinamento para os trabalhadores na cadeia de fornecimento sobre seus direitos e sobre como reclamar se esses direitos fossem desrespeitados;
- Trabalhar com a campanha PlayFair 2012 e com o Comitê Olímpico Internacional para garantir que os progressos no respeito aos direitos trabalhistas sejam ampliados de jogo para jogo.

A War on Want e os outros membros da PlayFair usaram táticas testadas e comprovadas para fazer com que o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Londres 2012 cumprisse essas promessas. Uma delas foi aparecer com uma grande delegação de líderes sindicais na sede do comitê, e avisar equipes de televisão para que filmassem o protesto improvisado quando o comitê se recusou a atender o grupo. O comitê mudou de ideia imediatamente e recebeu o grupo por causa dessa tática.¹²¹

117 Metro, Adidas hit by Price tag protest over third world workers, 14 de julho 2012: <http://metro.co.uk/2012/07/14/adidas-hit-by-price-tag-protest-over-third-world-workers-494375/>

118 Bowater, D. Olympic sponsor adidas to be targeted by sweatshop protesters. Telegraph, 7 de junho de 2012: <http://www.telegraph.co.uk/sport/olympics/news/9316697/Olympics-sponsor-adidas-to-be-targeted-by-sweatshop-protesters.html>

119 Malik Chua, J. Sweatshop Protestor Project Anti-Adidas Video on Olympic Park Building. Ecouterre, 8 de julho de 2012. <http://www.ecouterre.com/sweatshop-protestors-project-anti-adidas-video-message-on-olympic-park-building/>

120 Rawstone, A. Case Study: War on Want. Third Sector, 11 de setembro de 2012. <http://www.thirdsector.co.uk/Communications/article/1148893/case-study-war-want/>

121 War on Want, No Olympics sweatpots!, sem data, <http://www.waronwant.org/campaigns/love-fashion-hate-sweatshops/playfair-2012/17267-no-olympics-sweatshops>

A campanha PlayFair 2012 no Reino Unido concluiu em sua própria avaliação de seu sucesso:

Como resultado do engajamento com a PlayFair 2012, o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Londres 2012 exigiu que fornecedores e licenciados respeitassem os padrões internacionalmente reconhecidos (como o ETI, Ethical Trading Initiative, Base Code, Código de Base da Iniciativa de Comércio Ético, em tradução livre) e criou um sistema de denúncias para que violações ao código pudessem ser comunicadas, investigadas e resolvidas. O Comitê também assinou um acordo com a campanha PlayFair 2012 para divulgar a localização de 70% dos locais de produção restantes, criar uma linha telefônica para trabalhadores, realizar treinamentos sobre direitos dos trabalhadores nas principais fábricas fornecedoras e trabalhar com auditores independentes para compilar as lições aprendidas e as melhores práticas, criadas em Londres, para transmitir aos organizadores dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio 2016.

Muito disso é pouco, feito tarde demais. Apesar da maioria da produção já ter sido realizada, o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Londres 2012 só agora está dando treinamento para os trabalhadores. Além disso, trabalhadores ao longo de sua cadeia de fornecimento não foram informados, em seus próprios idiomas, sobre seus direitos ou como usar o sistema de denúncias. O comitê divulgou alguns países da cadeia de fornecimento, em março, principalmente no Reino Unido e na China, o que significa que é impossível que sindicatos de outros países verifiquem as afirmações do comitê de que os fornecedores estão respeitando os direitos humanos dos trabalhadores.

Em geral, o comitê fez mais do que outros organizadores de Jogos Olímpicos para proteger os direitos trabalhistas. É vital que o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio 2016 dê sequência aos progressos feitos pelos organizadores dos jogos de Londres e faça avanços

onde os esforços foram insuficientes. A campanha PlayFair 2012 continua a trabalhar com o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Londres 2012 em questões pendentes.¹²²

As táticas de campanha da War on Want receberam uma cobertura relativamente modesta da imprensa, considerando o quanto foram imaginativas e eficazes. Hoje em dia, é muito mais difícil atrair o interesse da imprensa para a questão “chata” da exploração trabalhista em países pobres, do que para o problema “mais sexy” do tráfico sexual. A maior conquista da War on Want na mídia foi a publicação de uma reportagem de duas páginas no diário britânico *Observer*, sobre a publicação do relatório *Race to the Bottom* (Vale-tudo pela Competitividade, em tradução livre), publicado em março de 2012, no período de preparação para os Jogos Olímpicos. O artigo dizia:

Trabalhadores produzindo artigos esportivos para os patrocinadores dos Jogos Olímpicos, dentre eles, Adidas, Nike e Puma são espancados, abusados verbalmente, mal pagos e obrigados a trabalhar longas horas, em fábricas precárias em Bangladesh, conforme revelou uma chocante investigação.

Trabalhadores das três empresas foram abusados fisicamente. Em um fornecedor da Puma, dois terços dos trabalhadores entrevistados foram espancados, estapeados, empurrados ou tiveram seus cabelos puxados pelos chefes.

Mulheres que trabalham para as fábricas da Adidas e da Nike reportaram ter sofrido assédio sexual, sendo que trabalhadores das três empresas tiveram que trabalhar horas ilegalmente longas por menos de um salário mínimo.¹²³

O jornal *Observer* buscou uma resposta da Adidas:

A Adidas disse que: “Todos os nossos fornecedores em Bangladesh passam por auditorias regulares, inclusive visitas de uma ONG que trabalha com mulheres, entrevistam trabalhadores e inspecionam as condições do local de trabalho. Nós também temos uma linha

122 Consulte: <http://www.playfair2012.org.uk/what-we-want/from-london/>

123 Chamberlain, G. Olympic brands caught up in abuse scandal. *The Observer*, 3 de março de 2012. <http://www.guardian.co.uk/business/2012/mar/03/olympic-brands-abuse-scandal>

telefônica que os trabalhadores podem usar para fazer denúncias”.¹²⁴

Entretanto, o subsequente colapso de um edifício em Bangladesh, que abrigava fábricas produzindo roupas para a Benetton, Primark, Matalan, Mango e outras grandes marcas, no qual mais de mil vidas foram perdidas, em sua maioria de mulheres, coloca a veracidade dessas alegações em sérias dúvidas.

Que conclusões podemos tirar? A War on Want conseguiu uma boa cobertura de imprensa “jogando o jogo da mídia”. A organização sabia o que a mídia queria e fez um esforço para abastecê-la com histórias, mas sem comprometer a mensagem. A organização criou eventos, como o protesto na frente da sede do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Londres 2012. Também criou artifícios, como a etiquetagem de produtos da Adidas, usou celebridades e colocou sua mensagem estrategicamente em locais onde não seria ignorada (como a projeção gigante no prédio com vista para o Parque Olímpico). Por causa de todos esses esforços, os representantes da War on Want conseguiram muitas entrevistas na televisão e no rádio.

Entretanto, a campanha não foi amplamente coberta pela mídia impressa. Uma lição aprendida com essa experiência é que adotar uma estratégia de mídia convencional não é garantia de que se conseguirá a divulgação adequada. As campanhas das organizações da sociedade civil também precisam utilizar técnicas diferenciadas para mobilizar simpatizantes e pressionar diretamente as multinacionais e o governo. As duas ações mais eficazes da War on Want (a produção

do vídeo de curta-metragem e a etiquetagem nos produtos da Adidas) não tiveram como objetivo principal conseguir cobertura da mídia, porém mobilizar simpatizantes e pressionar diretamente a Adidas. As redes sociais também tiveram um papel fundamental.

Apesar do monitoramento sistemático da imprensa para a cobertura da exploração trabalhista na época dos Jogos Olímpicos fugir ao escopo deste estudo, uma análise superficial sugere que a experiência da War on Want não foi uma exceção. Um número relativamente baixo de histórias relacionadas a questões trabalhistas foi coberto pela imprensa durante esse período. Duas delas diziam respeito à exploração de voluntários. Em um dos casos, as autoridades olímpicas foram responsáveis pela exploração. No outro, a BBC foi acusada de pedir que 500 funcionários trabalhassem de graça. Também houve uma considerável cobertura de um relatório publicado pela PlayFair que condenava “violações severas aos direitos dos trabalhadores” em quatro fábricas chinesas. A escassez da cobertura da imprensa sobre a questão da exploração trabalhista contrasta com a ampla cobertura de histórias envolvendo supostos “tráficos sexuais”.

Deixando de lado as preocupações com a cobertura da mídia, é importante questionar o impacto dessas campanhas nas políticas do governo. A campanha da War on Want teve um alto nível de sucesso na elevação da conscientização sobre a exploração trabalhista e a (falta de) responsabilidade corporativa. Mas será que ela teve um impacto nas políticas? Nós dedicamos a seção final a essa análise.

124 Ibid.

Conclusões e recomendações

Esse relatório forneceu uma visão geral de algumas das narrativas sobre migração, imigração, tráfico e exploração de mulheres em relação aos Jogos Olímpicos de Londres 2012. Esta seção faz algumas observações sobre a necessidade de uma narrativa mais integrada ou de uma abordagem holística, além da necessidade de campanhas e representações coordenadas das organizações da sociedade civil, não só para que haja mudanças na legislação, bem como para promover mudanças no nível da ideologia política. Essa seção inclui reflexões sobre o papel e as responsabilidades da mídia. O relatório conclui com algumas recomendações para intervenções em eventos esportivos futuros.

A necessidade de uma abordagem que promova a justiça global e os direitos humanos

Como foi observado na primeira seção, muitas das narrativas dominantes sobre migração, imigração, tráfico e exploração de mulheres surgem a partir de afirmações exageradas e totalmente sem embasamento, feitas por membros do Parlamento Britânico, ministros do governo ou outros servidores públicos. Tais afirmações, que ganham ainda mais sensacionalismo nas mãos de uma mídia complacente, foram frequentemente usadas para alimentar uma sensação de medo e pânico com a perspectiva do país ser invadido por “ondas” ou “hordas” de imigrantes.

Em contrapartida, as diversas narrativas que foram apresentadas por várias organizações da sociedade civil, durante o período olímpico, não conseguiram, na maioria das vezes, o mesmo nível de visibilidade e circulação. Isso aconteceu apesar do sucesso na mobilização do apoio do público, em função do uso inovador das redes sociais e de outras mídias.

Como este relatório argumenta, os problemas da migração e do tráfico requerem uma abordagem mais “holística”. Apesar disso ser compreendido pela maioria das organizações da sociedade civil analisadas neste relatório, cada uma delas tende a priorizar aspectos diferentes do debate, sendo que a capacidade de intervenção no debate varia consideravelmente de uma para outra. No caso da War on Want, por exemplo, a organização priorizou os direitos trabalhistas durante os Jogos Olímpicos e conseguiu uma cobertura comparativamente boa da mídia eletrônica. Em contrapartida, as campanhas realizadas pela LAWRS, que focaram na necessidade de uma abordagem mais holística sobre a questão do tráfico, não conseguiram muita visibilidade. A campanha do projeto x:talk obteve um sucesso moderado e provocou uma reação em outras contra-narrativas, que já circulavam no domínio público, mas obteve um sucesso muito limitado na mudança das políticas vigentes.

Além da questão da capacidade e do foco, a maioria das organizações da sociedade civil também enfrenta restrições de financiamento. O financiamento, assim como as políticas, tem imperativos e narrativas próprias, sendo que as organizações da sociedade civil são constantemente forçadas a se desdobrar para

satisfazer os critérios e se enquadrar em temas que os doadores consideram mais “merecedores”. No entanto, considerando a cumplicidade da imprensa com o governo na ocultação e distorção do impacto das políticas governamentais, bem como os efeitos nas crescentes desigualdades e injustiças globais, é necessário que as organizações da sociedade civil trabalhem juntas para aumentar a visibilidade e o impacto.

As conclusões deste relatório ilustram a forma como as políticas de tráfico e de migração são formuladas e narradas, por políticos e legisladores, de acordo com imperativos políticos, mas não respeitam os direitos humanos e a justiça global. Como Bridget Anderson diz de forma concisa, o tráfico:

... mistifica o trabalho e as relações trabalhistas, mistifica a imigração e os controles de imigração, restringe o gênero sexual e a infância, confunde e ofusca, além disso, também age contra os interesses de muitos dos que se propõe a servir... Não se trata apenas do fato de que a autoridade do Estado precisa ser invocada para proteger os direitos da vítima de tráfico, no entanto, o Estado é direta e inevitavelmente a origem desta vulnerabilidade. Por isso, a forma de proteção da vítima de tráfico e o controle de fronteiras aumentam essa vulnerabilidade direta e inevitavelmente.¹²⁵

Revelar a charada por trás da retórica e desafiar esses imperativos políticos, ao comunicar uma narrativa integrada e holística sobre essas questões, é de fundamental importância para conseguir intervenções e mudanças eficazes. As revelações deste relatório destacam algumas lições importantes em relação à conquista desse objetivo.

O exemplo da campanha PlayFair 2012 revela a importância de trabalhar com várias organizações da sociedade civil, das campanhas de alto nível e da continuidade e pressão ao longo do tempo. Por exemplo, foi observado que as dificuldades iniciais da PlayFair em engajar o Comitê Organizador dos

Jogos Olímpicos de Londres 2012 nas questões relacionadas à cadeia de fornecimento ou às operações dos Jogos Olímpicos foram transformadas quando o diário britânico Sun publicou os resultados de uma investigação, indicando a presença de trabalho forçado nas cadeias de fornecimento de produtos para os Jogos Olímpicos de Londres 2012¹²⁶. Também ficou evidente quando a PlayFair 2012 publicou o segundo relatório, detalhando uma série de abusos em fábricas que forneciam produtos para o comitê.¹²⁷ Como foi observado pela Anti-Slavery International:

A mudança do risco hipotético para um escândalo de fato finalmente impulsionou a ação do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Londres 2012 para colaborar de forma mais significativa com os parceiros para estabelecer um mecanismo confiável de denúncias e supervisão da cadeia de fornecimento dos Jogos Olímpicos.

Assim como a necessidade de ter provas empíricas de boas práticas, de campanhas focadas para a mudança legislativa e do uso judicioso da mídia para “encorajar” órgãos institucionais a prestar atenção no problema, existe uma necessidade de desafiar as ideologias e retóricas frequentemente enraizadas. Uma abordagem de justiça global que priorize os direitos humanos de todos, em vez dos direitos de uma minoria que o Estado classifica como “vítimas”, e uma abordagem que contextualize a migração, a imigração e o tráfico dentro do contexto da insegurança global (elevada pelas políticas de comércio e desenvolvimento internacional do Reino Unido) carregam uma mensagem muito mais forte para o público e para o governo britânico. Como parte dessa narrativa, o trabalho sexual precisa ser reconhecido como trabalho, para que os direitos humanos de todas as mulheres sejam protegidos, e não só os das mulheres que trabalham em um trabalho que agrada ao eleitorado. Para isso, as organizações da sociedade civil e os órgãos governamentais precisam trabalhar juntos, apesar das diferenças ideológicas, para garantir uma abordagem mais integrada e holística em relação a estes problemas.

125 Anderson, B., Op. cit.

126 Jones, D., Chamberlain, G., Olympic Slaves. The Sun, 19 de janeiro 2012. <http://www.thesun.co.uk/sol/homepage/features/4070879/Olympic-mascot-toys-retailing-at-20-made-by-Chinese-workers-getting-26p-an-hour.html>

127 PlayFair, 2012. Fair Games. Human rights of workers in Olympic 2012 supplier factories. Disponível em: <http://www.tuc.org.uk/tucfiles/291.pdf>

Nas palavras da acadêmica feminista Showden¹²⁸, nós deveríamos [descartar as concepções binárias das mulheres como “vítimas” e “heroínas” e, em vez disso,] observar “as formas pelas quais a agência realmente se desenvolve em todo o seu trabalho duro, inglório, confuso, complicado e comprometido”. Da mesma maneira, Snyder-Hall argumenta sobre a necessidade de um feminismo que seja inclusivo, pluralista e sem julgamento, que tenha um respeito profundo pela autodeterminação das mulheres.¹²⁹ Nesse contexto, as organizações governamentais e não-governamentais deviam descartar o discurso moral em relação ao trabalho sexual e ouvir as vozes das mulheres envolvidas.

O papel de uma imprensa responsável

Apesar de mencionarmos alguns exemplos de reportagens “responsáveis”, esta análise da cobertura da imprensa sobre essas questões na mídia britânica, no período que antecedeu os Jogos Olímpicos de Londres 2012, revela muitas falhas e reportagens enganosas, principalmente por parte dos tabloides, mas, em menor escala, por parte dos jornais tradicionais.

Muitos tabloides fazem um jornalismo “preguiçoso”, cedendo à percepção dos preconceitos dos leitores. Eles se prendem a estereótipos, insinuando, por exemplo, que as mulheres ciganas que chegaram à região londrina de Marble Arch eram prostitutas e pedintes, sem antes checar os fatos. Ao fazer isso, eles têm como alvo as vítimas e falham completamente em explorar e reportar os problemas sociais que fazem com que comunidades, como a comunidade dos ciganos, viagem para Londres. Mesmo quando eles erram em uma matéria (como a previsão de que Londres seria “inundada por escravas sexuais”), os tabloides não se desculpam ou tentam corrigir o erro. Em vez disso, eles partem para a próxima história reportada com novos equívocos e meias verdades.

Por outro lado, temos o comportamento dos jornais tradicionais e da rede pública britânica BBC. Eles

investigam as histórias, tentam estabelecer os fatos, tentam ver o cenário mais abrangente e são menos relutantes em admitir quando erram. Eles produziram boas reportagens sobre a exploração e o tráfico sexuais durante o período coberto por esta análise. Porém, mesmo os jornalistas dos veículos de imprensa tradicionais tendem a ser excessivamente influenciados por políticos e formuladores de políticas nas ideologias que buscam, em vez de falar com pessoas que fazem o trabalho de base. Há exemplos de repórteres que não verificam os fatos adequadamente, antes de publicá-los.

Em suma, como argumentado nas seções anteriores, a cobertura da imprensa sobre a questão da migração no Reino Unido e suas causas é, em grande parte, tendenciosa e carente de uma perspectiva holística. A cobertura sensacionalista da imprensa não apenas exagera o problema, como não reconhece o papel condutor da pobreza e de outras causas da migração para este e outros países.

De acordo com o relator especial da ONU sobre a violência contra as mulheres:

As causas da migração e do tráfico se sobrepõem consideravelmente. A ausência de direitos concedidos às mulheres serve como o fator primário causativo na raiz de ambos, a migração e o tráfico de mulheres. Embora tais direitos estejam expressos em constituições, leis e políticas, as mulheres continuam tendo sua cidadania negada porque os governos não promovem os direitos femininos... Ao falhar na proteção e na promoção dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais das mulheres, os governos criam situações em que o tráfico prospera¹³⁰.

Uma cobertura responsável da imprensa sobre essas questões precisa estar incorporada em uma estrutura de trabalho de justiça global. Na ausência de tal abordagem, a representação deturpada e a falsa realidade dos migrantes continuará persistindo.

128 Showden, C., 2011. *Choices Women Make: Agency in Domestic Violence, Assisted Reproduction, and Sex Work*. University of Minnesota Press.

129 Snyder-Hall, R.C., 2010. *Third-Wave Feminism and the Defense of “Choice”*. *Perspectives on Politics* 8, pp 255-261.

130 Pearson, E., 2000. *Global Human Rights and Trafficking in Persons: A Handbook*, Bangkok, Global Alliance Against Traffic In Women (GAATW).

Recomendações para futuros eventos esportivos

Este relatório apresenta a necessidade de empregar uma narrativa integrada, que leve em conta as desigualdades globais e que veja o fenômeno do tráfico e da migração dentro desse contexto. Está claro que a legislação do tráfico mais prejudica do que protege os direitos das pessoas que enfrentam situações de exploração, sendo que um foco mais amplo no trabalho forçado e nos direitos de todos os migrantes seria uma abordagem mais eficaz.

Com base nas conclusões e análises apresentadas neste relatório, apresentamos as seguintes recomendações para os agentes envolvidos em futuros eventos esportivos:

- As agências devem realizar suas próprias pesquisas, baseadas em princípios investigativos sólidos, em vez de deixar que a mídia mal informada determine o debate.
 - Sempre que for possível, as agências devem trabalhar juntas para desenvolver um discurso
- comum: o trabalho em conjunto é muito mais eficiente do que a atuação individual.¹³¹
 - As organizações da sociedade civil devem organizar “coletivas de imprensa” para que seu trabalho seja coberto pela mídia convencional.
 - As organizações da sociedade civil devem usar as redes sociais para mobilizar os simpatizantes de forma independente da mídia convencional.
 - Formuladores de políticas devem ser incentivados a proteger os direitos humanos de todas as mulheres, independentemente do trabalho que exercem e da situação de migração, bem como devem ouvir as organizações que defendem os direitos das profissionais do sexo.
 - Os governos devem ser incentivados a respeitar as leis internacionais que protegem os direitos de migrantes, em geral e no mercado de trabalho.
 - Corporações que se beneficiam de eventos esportivos devem ser incentivadas a divulgar as cadeias de fornecimento e a garantir os direitos dos trabalhadores, onde quer que estejam.

131 Consulte: <http://www.playfair2012.org.uk/what-we-want/from-london/>

ANEXO

O uso de análise interseccional para lidar com o tráfico e a exploração de mulheres

Este é o resumo de um documento informativo preparado por Virginia López Calvo, disponível mediante solicitação junto à CAWN.

Há um debate histórico sobre o problema do tráfico e da exploração de mulheres migrantes em relação a conceitos como “escolha”, no que diz respeito a opções de geração de renda, migração “voluntária” e “não consensual” e, mais amplamente, fazendo a distinção que “divide o trabalho forçado, no sentido estrito jurídico do termo, das condições extremamente precárias de trabalho”¹³². A exploração pode ser definida como:

Trabalho forçado: trabalho que é extraído de uma pessoa por meio de ameaças de violência, retenção de passaporte, não pagamento e fornecimento de informações falsas sobre direitos legais e trabalhistas.

Exploração trabalhista: trabalho usado para beneficiar injustamente os interesses de um empregador, tipicamente através do trabalho em excesso ou do pagamento insuficiente. Frequentemente, são condições de trabalho que não respeitam os padrões e regulamentos trabalhistas existentes.

Os profissionais das organizações que trabalham com as mulheres migrantes, que são abusadas e exploradas, sabem, em função da sua experiência, que a complexidade de cada caso dificulta a medição exata dos graus de vulnerabilidade, fraude e aliciamento no recrutamento da pessoa e das condições exploratórias do trabalho. O debate sobre as definições de “tráfico” e “exploração” de mulheres pode ser introduzido sob ângulos diferentes, apesar dos discursos dos ativistas variarem consideravelmente e não necessariamente englobarem todas as questões delineadas abaixo.

Tráfico e exploração como forma de prostituição e a questão do trabalho sexual

O tráfico e a exploração de migrantes na indústria do sexo ocorrem em grande parte por causa da estigmatização e da ilegalidade associadas à prostituição. Os profissionais das organizações sociais pedem a descriminalização do trabalho sexual (o reconhecimento do ofício ou atividade como trabalho) e outras medidas que garantiriam que as mulheres que trabalham na indústria do sexo teriam seus direitos trabalhistas garantidos e que práticas exploratórias viriam à tona muito mais facilmente¹³³. Por outro lado, as pessoas que enxergam a prostituição como inerentemente exploratória consideram todas as mulheres do setor como exploradas¹³⁴. Políticas de combate ao tráfico tendem a se concentrar na violação sexual, em vez do trabalho forçado¹³⁵, sendo que o trabalho sexual é frequentemente confundido com o tráfico¹³⁶.

Tráfico e exploração como uma questão trabalhista

A demanda por trabalho barato e desprotegido, em um contexto econômico global que continuamente abaixa os salários e outros padrões trabalhistas, vem sendo destacada como uma importante força estrutural. No caso dos

132 O’Connell Davidson, J., 2006. Will the real sex slave please stand up?, *Feminist Review* 83: p. 9

133 x:talk project, 2010. Human Rights, Sex Work and the Challenge of Trafficking. Human rights impact assessment of anti-trafficking policy in the UK.

134 O’Connor, M., Healy, G., 2006. The Links between Prostitutions and Sex Trafficking: A Briefing Handbook, Coalition Against Trafficking in Women and European Women’s Lobby.

135 Bernstein, E., 2004. Crossing Borders for Sex: the New Global Panic around “Trafficking in Women” Nordic Baltic Project. 2008. Trafficking in Women for Sexual Exploitation, European Women’s Lobby

136 Ham, J., 2011. What’s the cost of a rumour?, Global Alliance Against Traffic in Women. English Collective of Prostitutes, Anti-trafficking - A justification for an increase in deportations and a moralistic crusade against prostitution, sem data de publicação

imigrantes, particularmente imigrantes sem documentos, a situação legal de migração frequentemente precede os direitos destas pessoas como trabalhadores, muitas vezes eles correm o risco de deportação.

As medidas antitráfico, tanto da sociedade civil quanto do governo, focam principalmente em apoiar uma pessoa depois que o tráfico ocorreu, e prestam pouca atenção aos fatores de incentivo e desincentivo que forçam as mulheres a buscar trabalho em outros países e a usar métodos arriscados para migrar¹³⁷.

Tráfico e exploração como uma questão migratória

Políticas migratórias restritivas fazem com que muitos imigrantes que buscam a subsistência acabem sob o controle de traficantes, sendo que as condições inseguras de imigração aumentam vulnerabilidade destas pessoas, deixando-as mais sujeitas a sofrerem de explorações de formas diversas¹³⁸. As vulnerabilidades geradas pelo mero processo de migração, como isolamento, redes sociais limitadas, falta de conhecimento de direitos e da língua local, também são fatores que constituem a raiz do problema do tráfico e da exploração de migrantes¹³⁹.

Tráfico e exploração como uma questão de redes criminosas

Esse é um aspecto destacado frequentemente pelas agências governamentais. Políticas derivadas dessa posição geralmente solicitam a capacitação de autoridades policiais, cooperação entre forças policiais de diferentes países e melhoria dos serviços de inteligência. O foco concentra-se em processar os traficantes e dismantelar as redes de crime organizado. Medidas propostas em um enquadramento internacional da questão ressaltam o papel das redes criminosas e a necessidade de proteção dos migrantes. Isso seria alcançado por meio de “medidas de aumento da conscientização que destaquem os perigos do tráfico, do trabalho designado a construir a capacitação nos países de origem e o acesso para lidar com o crime organizado de imigração”, bem como a “capacitação em uma série de jurisdições por meio da ajuda da melhoria da investigação e do julgamento dos crimes”. Há referência ao combate à pobreza e à injustiça social por meio de programas de desenvolvimento de longo prazo, mas isso não é suficientemente destacado¹⁴⁰.

Tráfico e exploração como uma questão de justiça econômica global

A distribuição desigual de renda entre países, a falta de oportunidades econômicas, as medidas de austeridade, os fluxos de comércio e as dívidas globais são conceitos fundamentais para entender o tráfico e a exploração de mulheres migrantes como uma questão de justiça econômica.

Há pesquisas que sugerem alternativas para desacelerar o tráfico, tais como: combate à corrupção governamental nos países de origem e de destino, medidas de controle populacional (redução da pobreza e mais oportunidades educacionais) e combate às desigualdades internacionais promovendo a prosperidade.

A conexão entre políticas neoliberais internacionais e a exploração do trabalho de mulheres migrantes¹⁴¹, contida no Plano Nacional de Ação no Combate ao Tráfico Humano do governo britânico, reconhece o fato de que o tráfico deve ser combatido na origem para reduzir o número de pessoas traficadas.

137 Global Alliance Against Traffic in Women. 2010. Beyond Borders: Exploring Links between Trafficking and Labour.

138 Global Alliance Against Traffic in Women, 2011. More “Trafficking”, Less “Trafficked”. Trafficking for Exploitation Outside the Sex Sector in Europe, GAATW Working Papers Series. Women in Development Europe. 2010. Women’s labour migration in the context of globalization. Nick Mai. 2010. Migrant Workers in the UK Sex Industry. Final Policy-Relevant Report, Institute for the Study of European Transformations. London Metropolitan University.

139 Anti-Slavery International et al, 2006. Trafficking for Forced Labour in Europe. Forced Labour. Report on a study in the UK, Ireland, the Czech Republic and Portugal’.

140 Ministério do Interior do Reino Unido, 2009. Update to the UK Action Plan to Tackling Human Trafficking.

141 Franck, A., Spehar, A., 2010. Women’s labour migration in the context of globalization, Brussels, Women in Development Europe.

Tráfico e exploração como uma questão de gênero sexual

Enquanto a injustiça global e a pobreza deixarem populações inteiras mais vulneráveis, as mulheres estão geralmente mais expostas a tais vulnerabilidades por causa da discriminação por gênero sexual e da feminização do desemprego e da pobreza¹⁴².

O atual sistema, baseado em pontos, para dar visto à imigrantes usado pelo Reino Unido busca proteger a segurança do Estado e reproduz desigualdades, ao consolidar o acesso desigual às oportunidades entre os imigrantes considerados como de “alta” e de “baixa qualificação”, desvalorizando trabalhos tradicionalmente femininos, como os serviços de cuidadora e serviços domésticos¹⁴³.

Tráfico e exploração como uma questão de discriminação étnica ou racial

O racismo, a xenofobia e o preconceito contra grupos étnicos minoritários facilita que empregadores, seja na indústria do sexo ou em setor, acreditem que as práticas trabalhistas exploratórias têm justificativa. O trabalhador racialmente ou etnicamente definido como “diferente”, não é considerado como um ser humano completo e, desta maneira, pode ser usado e abusado de formas que trabalhadores da mesma raça ou etnia não podem. O trabalhador migrante vem de um país pobre, “não civilizado” e “atrasado”, por isso, não espera ou merece os direitos, as liberdades e o respeito que são concedidos aos trabalhadores locais. Mulheres e meninas que pertencem a grupos que geralmente são desvalorizados socialmente, bem como marginalizados de forma social, política e econômica, também são desvalorizadas por empregadores e clientes. Desta maneira, são consideradas como as ocupantes “naturais” ou “ideais” das mais baixas posições na indústria do sexo¹⁴⁴.

Abordagens de políticas no Reino Unido

O governo britânico adotou a Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da ONU, o Protocolo de Palermo, assim como a Ação contra o Tráfico de Pessoas, da Convenção Europeia, um instrumento da União Europeia, que foi ratificado pelo Reino Unido em 2009. A estrutura de trabalho do Reino Unido reflete os principais temas que preocupam o governo: a prostituição, a criminalidade e a imigração ilegal em relação à exploração e ao tráfico de mulheres migrantes para e dentro do país.

A maioria dos ativistas do setor voluntário no Reino Unido argumenta, a partir de um ou mais de um dos seguintes discursos: a prostituição como violência contra a mulher e a exploração da mulher, os direitos trabalhistas (de profissionais do sexo, neste caso) e os direitos dos migrantes. Os discursos da sociedade civil não defendem uma imposição da lei mais rígida e maior controle de fronteiras. Poucos defendem estas posições, a partir de uma postura de desenvolvimento internacional ou da justiça econômica global.

142 Nilanjana, R., 2006. Looking at Trafficking Through a New Lens.

143 Bhoomika, J., 2012. Sorted by skills, sealed by skill: “Low skilled” migrant workers and the Points Based System.

144 O’Connell Davidson, J., 2006. Men, middlemen, and migrants. The demand side of “sex trafficking”.



Este relatório baseia-se em estudos abrangentes sobre a cobertura da imprensa dos problemas relacionados ao tráfico e a exploração de mulheres durante os Jogos Olímpicos de Londres 2012, além de examinar de forma crítica a variação das narrativas que fundamentam a abordagem destes problemas na mídia impressa.

Antes e durante os Jogos Olímpicos (e em geral), as notícias em circulação ilustravam os estereótipos e os aspectos negativos associados às mulheres migrantes, principalmente nos tabloides. A “Exploração e Tráfico de Mulheres” também inclui uma análise das campanhas criadas por cinco organizações da sociedade civil para lutar contra a exploração das mulheres, no contexto dos Jogos Olímpicos, e, por fim, faz recomendações que podem ser aplicadas a futuros eventos esportivos de grande escala.

As narrativas dominantes confundem o problema do tráfico com o problema da imigração e da exploração sexual, e, frequentemente, deixam de empregar o rigor analítico necessário, pois o “pânico moral” em relação ao tráfico durante os Jogos Olímpicos não foi comprovado por provas empíricas. Em paralelo, prestou-se pouca atenção no discurso do governo e da mídia sobre a desigualdade global, que motiva as mulheres a buscarem uma vida melhor em países estrangeiros, ou ainda, nos benefícios econômicos que os países ricos recebem como resultado da mão de obra barata que os migrantes oferecem.

A CAWN acredita que o problema do tráfico e da exploração das mulheres migrantes é um problema globalizado que exige uma resposta globalizada.

Há 22 anos, a organização londrina Central America Women’s Network vem trabalhando para dar apoio à luta das mulheres na América Central. CAWN trabalha em parceria com organizações de mulheres da América Central, principalmente as que lutam pelos direitos econômicos e pelo direito ao aborto, juntamente com as organizações que lutam contra violência contra a mulher e o tráfico de mulheres.

